

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

Valdemir Manoel do Carmo

A ARGUMENTAÇÃO E OS PROCESSOS RETÓRICOS
NO JORNALISMO OPINATIVO

São Paulo

2006

VALDEMIR MANOEL DO CARMO

A ARGUMENTAÇÃO E OS PROCESSOS RETÓRICOS
NO JORNALISMO OPINATIVO

Dissertação apresentada à Universidade
Presbiteriana Mackenzie, como requisito
parcial para a obtenção do título de Mestre
em Letras.

ORIENTADORA: PROF^a DR^a. ELISA GUIMARÃES

São Paulo

2006

VALDEMIR MANOEL DO CARMO

A ARGUMENTAÇÃO E OS PROCESSOS RETÓRICOS
NO JORNALISMO OPINATIVO

Dissertação apresentada à Universidade
Presbiteriana Mackenzie, como requisito
parcial para a obtenção do título de Mestre
em Letras.

Aprovada em _____ de _____ de 2006

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Elisa Guimarães
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Prof^a Dr^a Vera Lúcia Harabagi Hanna
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Prof^a Dr^a Benilde Justo Lacorte Caniato
Universidade de São Paulo

À minha esposa Valéria:
Esta dissertação, parte de seu sonho, é obra
que você contribuiu imensamente para
realizar.
Você é batalhadora incansável! Te amo!

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer ao meu pai Augusto que, analfabeto, sempre me lembrava e me fazia ver a importância de estudar.

Agradeço à minha mãe, D. Nininha que fez muitos sacrifícios para pagar meus primeiros estudos me ver feliz, e que reza por mim todo o dia.

Aos meus irmãos Wilson, Tom e Eliane que muito me ajudaram e ajudam, mostrando o que realmente significa ser irmão.

Um especial agradecimento à profª Drª Elisa Guimarães. Foi uma honra e um privilégio tê-la como orientadora. Seus ensinamentos guiaram habilmente este trabalho.

Meus agradecimentos às Professoras Doutoras Vera Hanna e Benilde Caniato que foram prestativas, gentis e generosas comigo. Seus conselhos foram excelentes.

Finalmente, quero agradecer à minha filha: meu motivo de pensar no futuro.

Durante a hora da leitura, a alma do leitor permanece submissa à vontade do autor (Júlio Cortázar).

C287a Carmo, Valdemir Manoel do

A argumentação e os processos retóricos no jornalismo
opinativo / Valdemir Manoel do Carmo. - - São Paulo, 2006.
94 p. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade
Presbiteriana Mackenzie, 2006.

Orientação: Profª DRª Elisa Guimarães.

Bibliografia: p. 93 e 94

1. Argumentação 2. jornalismo opinativo 3. Persuasão
I. Título.

CDD: 808.5

RESUMO

Este trabalho, baseado principalmente nas concepções de Aristóteles, tem como finalidade estabelecer as relações entre o argumento, como fundamento retórico, e o jornalismo opinativo.

Como resultado, notamos a afinidade entre a retórica e a dialética, entre o argumento e a liberdade como forma de expressão essencial no ser humano. É esta demonstração de alvedrio que faz do homem uma especial criação da natureza.

Percebemos também que o enunciado jornalístico não é apenas notícia, mas conhecimento composto de sentido em um determinado contexto. E este conhecimento toma características especiais quando do jornalismo em formato opinativo.

Ao revisitar os estudos do sábio Aristóteles, vimos como é importante o legado deste grego, que marca, com seus estudos sobre a retórica, toda a estrutura dos textos opinativos que lemos todos os dias.

Palavras-chave: retórica, persuasão, jornalismo opinativo.

ABSTRACT

This work, based, mostly in the Aristóteles' conceptions, has as purpose establish the relations between argument with persuasive foundation and the opinionative journalism.

Like result, we can observe the affinity between rhetoric and the dialectic, between argument and the freedom as form of essential expression in the human being. It is this demonstration of freedom that does the man a special creation of nature.

We also realize that the journalistic statement, just is not news only, but knowledge composite of sense in a certain context. And this knowledge take it special characteristics when of the journalism in the opinionative format.

To revisit the studies of the sage Aristóteles, we saw as it is important the legacy of this Greek that mark with their studies on the rhetoric all the structure of the opinionative texts that we read every day.

Keywords: rhetorical, persuasion, opinionative journalism.

SUMÁRIO

Introdução.....	9
Capítulo I - Processo retórico argumentativo.....	16
1.1 Perda da importância da retórica.....	25
1.2 Os sofistas e a retórica.....	29
1.3 Os sucessores do estudo retórico – Perelman.....	33
1.3.1 As técnicas argumentativas de Perelman.....	36
1.3.2 Argumentos quase lógicos.....	37
1.3.3 Argumentos que fundam a estrutura do real.....	37
1.3.4 Argumentos fundados na estrutura do real.....	39
1.4 O triângulo argumentativo.....	40
1.4.1 A opinião conduzida.....	41
1.4.2 A recepção do argumento.....	42
1.4.3 Informação x Opinião.....	43
Capítulo II - O processo retórico do texto jornalístico.....	47
2.1 O processo retórico do jornalismo opinativo.....	48
2.2 O jornalismo e as ditaduras brasileiras – O Estado Novo.....	52
2.2.1 O jornalismo e as ditaduras brasileiras – A ditadura militar.....	54
2.3 Classificação dos gêneros jornalísticos.....	57
2.3.1 Classificação dos gêneros opinativos – O artigo.....	59

2.4 O artigo e a crônica política nos diários.....	64
Capítulo III - Retórica, argumentação e mensagem do <i>corpus</i> – análise.....	61
3.1 Considerações gerais.....	61
3.2 Elementos de acordo prévio.....	62
3.3 Análise do texto.....	64
3.1 A tipificação dos argumentos do <i>corpus</i>	74
3.3.2 Reciprocidade.....	75
3.3.3 O gênero deliberativo.....	75
3.3.4 o bem supremo Aristotélico e o <i>corpus</i>	78
Considerações finais.....	80
Referências bibliográficas.....	83

INTRODUÇÃO

Os códigos lingüísticos não são apenas utensílios do diálogo, também são o motor dos ideais, isto é, uma tática que tem como objeto o convencimento e a transformação de juízo que, finalmente, leva o interlocutor a pensar e agir como desejado pelo autor, ou seja: a persuasão. Assim sendo, quem sabe não seja excesso defender que escrever e falar, por si, já é argumentar, portanto, depreende-se que o texto argumentativo visa a defesa de uma opinião, idéia ou ponto de vista, uma tese, tendo como objeto que o interlocutor acolha-a, e, principalmente, acredite neste novo ponto de vista. Tem-se, pois, nesse fato uma referência ao que se entende por retórica.

A palavra retórica (que tem como origem o grego *rhetoriké*, "arte da retórica"), tem sido estudada historicamente em definições muito distintas. Em sentido lato, a retórica se mistura à poética, caracterizando a arte da eloqüência em qualquer modalidade de discurso. No entanto, segundo acepções aristotélicas, o que aproxima a retórica da persuasão é a característica de ambas de se preocupar com a capacidade de se gerar o convencimento. A retórica pode, assim, ser considerada como a organização discursiva, que, por seu caráter pragmático, tem a capacidade de ser aplicável às mais diferentes disciplinas.

Por ser a retórica um tema tão complexo, este trabalho terá a pretensão, sob o ponto de vista dos antigos preceitos da retórica, de demonstrar o processo argumentativo, bem como o poder persuasivo do discurso, implícito no artigo "Hora de cobrar 150 Bilhões", publicado no jornal *O Estado de Minas* em Julho de 2003. A escolha específica deste texto tem como embasamento as diversas nuances do argumento que se fazem presentes, bem como a percepção de criticidade que interroga a função da discursividade, fato que, no jornalismo, deve ser acurado e bastante preciso.

Antes, é importante que se lembre que a função primeira do jornalismo é o de informar, e, segundo os manuais de redação, com o máximo de isenção possível, isto é, o jornal deve primeiro se ater aos fatos e ser o mais imparcial possível. E é esta característica, segundo os mesmos manuais, que eleva o nome de um bom jornal, fazendo-o crível e respeitado; no entanto, uma parte do jornalismo é dedicada exatamente ao opinativo, e esta modalidade de texto é de uma importância cabal para o nome do jornal, pois é ela que identifica até que ponto este periódico é independente para tecer análises e praticar um jornalismo imparcial, mas com responsabilidade e independência.

Tanto é assim que, em algumas faculdades de jornalismo, estuda-se o jornalismo opinativo em dois ou até três semestres. No capítulo três, este tema será estudado de uma maneira um pouco mais aprofundada, uma vez que a estrutura do corpus deste trabalho é um excelente exemplo dos artigos e dos editoriais, os quais fazem parte do jornalismo opinativo.

Sobre o jornalismo, embora não seja o objeto principal desta pesquisa, saliente-se que mesmo os textos ditos isentos, estão carregados da formação ideológica de quem os escreveu, independentemente da sua vontade, o que se faz supor que, a priori, não existem textos isentos, mesmo que seu próprio autor não perceba. Enquanto que, os textos opinativos, escopo desta dissertação, impregnados de intencionalidade, esbanjam a expressão da retórica para persuadir, convencer e informar.

Como o próprio corpo do artigo analisado acena, o assunto previdência mexe com interesses de toda a população do país. Não obstante, o maior interesse é quanto a sua tessitura mais profunda, isto é, os mecanismos argumentativos que fazem parte deste artigo em que o processo de persuasão se traduz e se faz constantemente atuante.

Teóricos da ciência da persuasão e da retórica como Aristóteles, Chaim Perelman, Pierre Oleron, Tomas Albaladejo, Philippe Breton, Oliver Reboul, além de estudiosos da Análise do Discurso como Mikhail Bakhtin e Dominique Maingueneau servirão de base para a expressão desta dissertação, bem como professores de estudos jornalísticos como Guillermina Baena Paz, e Clóvis Rossi, que darão a este estudo a perspectiva jornalística da retórica.

O corpus deste trabalho exige algumas ponderações: sua escolha foi norteadada no fato de encerrar em sua tessitura mais profunda os elementos principais no que diz respeito ao estudo da persuasão e da retórica.

Portanto, o objetivo principal deste trabalho será a análise do processo da argumentação de um artigo jornalístico, bem como a caracterização do sentido, da coerência, do rigor e das formas de persuasão utilizadas. Como objetivo específico, visa-se com este estudo a exploração das estruturas superficiais e profundas da disposição do corpus, em análises dos recursos discursivos, além dos recursos lingüísticos empregados.

Este estudo, para melhor efeito de apreensão, se estruturará em três capítulos, em que o 1º capítulo deverá ater-se à retórica e seus desdobramentos; abordar-se-á, pois, a função e a natureza da retórica, bem como as demarcações de persuasão e de discurso, além das funções hermenêutica e heurística da argumentação. Abordar-se-á, também o raciocínio silogístico (entimemas), bem como os argumentos como atributos da competência da razão.

Observar-se-á também, neste primeiro capítulo, os modos de utilização da argumentação em algumas de suas imensas variantes, em que a argumentação será notada como um estudo das metodologias discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão das pessoas às teses que são apresentadas para a apreciação.

Ainda neste capítulo verificar-se-á a visão diacrônica do processo argumentativo, em que se mostrarão as afinidades da retórica da atualidade e da retórica da antiguidade, em suas diversas tendências, retomando a tradição aristotélica, bem como as outras que foram herdadas de diferentes culturas.

Estudar-se-á o modo de organização da argumentação, no intuito de explorar os diferentes aspectos ligados às fases também diversas do emprego do processo argumentativo.

Já o 2º capítulo discorrerá sobre as formas de persuasão no discurso jornalístico; embora seja pautado pela isenção, o jornalismo tem em seu arcabouço mais profundo particularidades que exprimem, de maneira inequívoca, a formação ideológica de quem escreveu. Além disso, uma parcela significativa do jornalismo é dedicada ao argumentativo, à persuasão e o corpus que aqui se apresenta é um artigo, texto típico voltado à persuasão.

Este capítulo abordará o texto opinativo no jornalismo e suas principais características, assim como o método de construção da argumentação no discurso jornalístico e então serão abordados temas como argumento, opinião, retórica, bem como a persuasão na produção jornalística.

E, ao final, no 3º capítulo e adentrando as considerações finais, defender-se-á a estreita relação entre os princípios da argumentação e o texto jornalístico, fazendo-se uma análise teórica diretamente no corpus.

Num texto argumentativo, como será demonstrado, assinalam-se três elementos preponderantes: a tese, os argumentos e as estratégias argumentativas, em que tese, ou proposição é a idéia que se defende, fundamentalmente contestável, uma vez que a argumentação implica opiniões divergentes. Já os argumentos e as estratégias são a

estrutura basilar de como defender um argumento, o que será visto na terceira parte deste trabalho, na análise.

Utilizando-se de método analítico comparativo, este estudo fará uso de fundamentações teóricas dos autores já citados, aplicando-as ao artigo em foco.

As estratégias argumentativas são os expedientes de que se vale o emitente para seduzir o leitor/ouvinte, para convencê-lo, para persuadi-lo, para incitar confiabilidade. Assim, o que se terá como objetivo é a aventura nos meandros mais profundos do texto para que se apreenda na prática, como as teorias retóricas se aplicam, se intensificam e se fazem vivas.

O discurso deve aguçar os sentidos e os pensamentos para aquilo que se quer modificar, bem como mostrar que o ser humano tenta buscar a verdade e ambiciona que outros dela partilhem, o que coloca a argumentação num patamar em que a torna o cerne da comunicação.

Tanto assim que:

Persuadir pressupõe que não se está só, apenas pode ser exercida quando se interpreta o discurso de outrem. Persuasão, assim, não passa de um modo de tomar o poder, de dominar o outro pelo discurso. (REBOUL, 1998, p.XVIII)

Em especial, Aristóteles(p.29), na obra *Arte Retórica*, tem a idéia de tirar a retórica do nível das regras do falar com o único objetivo de persuadir, para transformá-la na arte de dizer a verdade. E justamente por isso, quis fundamentá-la na dialética, que é a única prática capaz de fazer o homem ascender à verdade e exprimi-la de modo adequado.

Tanto assim que, para Aristóteles e seus discípulos, saber defender-se com a palavra passou a ser uma parte efetiva e essencial da educação da Grécia. E Aristóteles ilustrava que, se é vergonhoso que alguém não possa servir-se de seu próprio corpo para se proteger,

seria absurdo que não fosse vergonhoso que o mesmo homem não pudesse se defender, no que diz respeito a sua opinião.

Contudo, antes de Aristóteles, já havia preocupações com os processos argumentativos, uma vez que, para muitos estudiosos, o verdadeiro fundador da técnica retórica foi um outro mestre: Górgias Leontinos que surgiu em Atenas, no ano de 427 a.C., como embaixador da sua cidade natal e que, desde logo, causou excelente impressão, devido aos brilhantes discursos com os quais se dirigia aos atenienses. Muitos deles, fascinados pela sua oratória, almejavam ser seus discípulos, fazendo de Górgias o primeiro professor de retórica de quem há conhecimento.

Para Górgias, a oratória deveria estimular o auditório até que este ficasse completamente persuadido. Não lhe interessava o exercício da verdade na sua prática, mas exclusivamente a persuasão dos ouvintes. Para isto, o orador deveria levar em conta a conveniência, a ocasião e o lugar, além de saber adaptar-se aos que o escutassem. Mas, acima de tudo, teria de fazer uso de argumentação brilhante e poética, cheia de efeitos, cadências e figuras. Ele foi, pode-se afirmar, o precursor da oratória de exibição, sem submissão a qualquer intento político, preocupado essencialmente em fazer ressaltar as qualidades do orador. Neste aspecto, não se diferenciava muito de outros tantos sofistas do seu tempo.

Por sua vez, Aristóteles estudou os tratados de retórica deixados por Górgias e seus seguidores, chegando mesmo a resumi-los numa só obra em que procedeu à compilação das técnicas retóricas. Considerou, porém, tais tratados pouco satisfatórios, por não irem além dos truques legais e às maneiras mais absurdas de suscitar a compaixão dos jurados.

De modo que um texto, em especial o texto opinativo, jamais tenderá a ser ingênuo ou imparcial; ele traz em seu cerne uma amostra ideológica concretizada através da língua.

De acordo com Dominique Maingueneau, o discurso é uma organização situada para além da frase, tanto assim que a linguagem tem enorme influência sobre a conduta do homem. Os discursos transmitidos contêm em si, como parte da visão de mundo que veiculam, um sistema de valores, isto é, estereótipos dos comportamentos humanos que são valorizados positiva ou negativamente.(2005)

A retórica provoca e dá atmosfera à afirmação da subjetividade, entre outros motivos, porque se mostra especialmente apta para cogitar valores, para justificar preferências e, em última instância, para fundamentar as decisões.

O discurso revela, assim, a visão de mundo, a realidade e a formação do autor da enunciação, ainda que não seja um texto de opinião. O que motiva a manifestação do discurso deve estar presente ao nível do texto e para ser compreendido em seus mais complexos meandros precisa ser apreendido além de sua superfície e que todos os seus dados encontrem-se absolutamente coerentes e estruturados para que haja a produção do sentido almejado.

Contudo, mais do que assinalar a expressão da subjetividade na dinâmica argumentativa convém tentar compreendê-la através das condições em que brota e dos modos em que se manifesta. Os meios de convencimento são extremamente variados e colocam em ação artifícios complexos que utilizam toda a riqueza do comportamento humano.

Eis, pois, porque o estudo da persuasão pressupõe uma atenta percepção dos territórios teóricos que a sustentam: a retórica e a argumentação, o que se constitui como o interesse principal deste trabalho.

CAPÍTULO I

O PROCESSO RETÓRICO ARGUMENTATIVO

Aristóteles mostra a afinidade existente entre a retórica e a dialética, uma vez que todos os homens dela fazem parte, de uma ou de outra forma, defendendo ou atacando uma tese, visando, através da argumentação a persuasão e a divulgação do que se acha correto. (1964)

Da mesma forma que a filosofia, também a retórica teve como berço a Grécia antiga; e, assim como a filosofia, a retórica teve sua origem pautada às novas relações sociais advindas do surgimento do conceito de democracia e cidadania. Se o cerne da retórica incide na persuasão por meio da argumentação, não há como se pensar nela distanciada da democracia e da liberdade de pensamento, características capitais da organização política do velho mundo grego.

Desde suas origens, a retórica sempre esteve densamente unida à ciência do Direito, o qual Aristóteles mais tarde chamará de "gênero judicial" do discurso retórico. O exercício da cidadania estava sujeito, em muitos aspectos, portanto, à desenvoltura em falar, ponderar e argumentar eficientemente. Expressa também a formação e/ou modificação do conceito do leitor/ouvinte, visando o convencimento acerca de algo que se considera como certo ou como a verdade.

Deste modo, persuadir é a ação de influenciar, tendo como finalidade a modificação de um julgamento, um ponto de vista, utilizando-se da razão ou da emoção. Essa ação não apenas influencia, como também transmite informações, não como conceito neutro, mas provocando apoio e mudança de opinião como objetivo final.

Para Aristóteles:

“todos os que até o presente compuseram Artes Retóricas, circunscreveram-se a tratar apenas uma pequena parte da matéria, pois só as provas dizem respeito verdadeiramente à arte, sendo tudo mais acessório. Sucede que estes autores nada dizem sobre os entimemas, que constituem o corpo da prova, mas em compensação, multiplicam os preceitos sobre o que é estranho ao assunto” (Aristóteles,1964,p.17).

Portanto, note-se que é de importância capital, neste trabalho, a reflexão acerca da relação retórica e jornalismo, como fatores sociais. Assim sendo, a forma como o jornalista expõe a realidade em si já é retórica? A linguagem de que ele se utiliza pode ser considerada uma forma de retórica? Uma análise das diversas acepções de retórica, de Aristóteles até Perelman, permite esboçar alguns pontos comuns que deverão servir como premissas para este estudo.

Portanto, note-se que o enunciado jornalístico não é exclusivamente notícia, mas informação constituída de sentido em um determinado contexto em que é articulado. Quando, no *corpus* (artigo publicado em 17 de Julho de 2003 no jornal Estado de Minas de autoria do professor Antônio Álvares da Silva, p.9) se lê: *Mexe com os interesses de toda a população* , percebem-se nuances de intenção no discurso, além da intenção do próprio texto, e isto se verifica nitidamente no discurso jornalístico de opinião em consonância com a sua enunciação.

Como produto de comunicação, manipulador de intenções, um artigo jornalístico tende a adequar os emissores do discurso e os receptores do discurso em sua interpretação dos fatos, utilizando-se da estilística em um trabalho artesanal das palavras, visando a adesão do leitor e contribuindo para o aprimoramento da opinião pública. Para isto, assim como todo discurso, o jornalístico é formado de uma multiplicidade de enunciados assinalados por distintas formações, que redundarão no uso efetivo da retórica.

Aristóteles foi o primeiro estudioso a dar importância ao estudo metódico não apenas da retórica, mas das diversas disciplinas das artes e ciências que surgiam como entidades separadas, estudadas e classificadas por ele, pela primeira vez, no século IV a.C.

Em seus estudos, Aristóteles ordena o conceito de retórica dividindo-a em castas e qualificando os diversos procedimentos usados para persuadir, a exemplo do que já houvera feito em vários outros tantos campos do saber. Estes conceitos, portanto, são considerados de grande relevância porque muitas das classificações estabelecidas por Aristóteles são acolhidas até hoje, e outras serviram de alicerce para estudos recentes.

Em Aristóteles, a retórica é composta fundamentalmente de quatro elementos, a saber: Invenção, Disposição, Elocução e Ação. Elementos que serão aplicados em análise no capítulo 3. Inseridos em Invenção, estão os tipos de argumentação (ethos, pathos, logos), em que ethos e pathos são pautados mais ao caráter afetivo, e o logos é mais racional. O ethos é o caráter que o emissor deve assumir para inspirar confiança, o pathos é o conjunto de emoções e sentimentos que o receptor demonstra ao “receber” o discurso e o logos diz respeito ao uso lógico das informações concernentes ao discurso.

Ainda neste trabalho falar-se-á a respeito de gêneros do discurso argumentativo, bem como dos meios de provas na argumentação. Argumentar efetivamente, segundo Aristóteles, pode ser considerado como a percepção, por parte do orador de todos os argumentos, expressões retóricas ou provas disponíveis para cada defesa de tese.

Antes da organização de um discurso, é preciso ter absoluta fidedignidade sobre o que se deve abordar, por conseguinte, sobre o tipo de discurso e o gênero que melhor se assenta ao assunto do texto. Para efeitos didáticos, Aristóteles propôs um esquema em que se podem compreender as diferentes fases constituintes da arte da persuasão através da retórica.

Em síntese, as fases fundamentais do esquema clássico proposto por Aristóteles são as seguintes:

- 1ª. Parte: **Invenção** (heurésis). Em função do auditório e do assunto a debater procurava-se escolher o tipo de discurso, argumentos e estrutura argumentativa mais adequada.
- 2ª. Parte: **Disposição** (táxis). Organizações internas do discurso, dando-se particular atenção à disposição dos argumentos de forma a conduzir o auditório à aceitação de uma dada conclusão.
- 3ª. Parte: **Elocução** (léxis). Redação do discurso.
- 4ª. Parte: **Ação** (hypókrisis). Pronúncia do discurso, onde a atenção é posta na atuação do orador, tom de voz, gestos, postura... de modo a criar uma empatia e receptividade no auditório para as suas teses.

Quanto aos meios de prova que deverão ser empregados, podem ser, segundo a teoria aristotélica, extrínsecos ou intrínsecos. Meios de prova extrínsecos são as provas em sentido rigoroso, as evidências palpáveis tais como documentos ou testemunhas. Meios de prova intrínsecos são os argumentos idealizados pelo emissor, e podem ser de três tipos: aqueles emanados do próprio orador, que empresta sua credibilidade à causa (ethos); aqueles em que o orador trabalha com as emoções do auditório (pathos); e aqueles decorridos da razão (logos).

Além dos meios de prova, o elocutor pode contar, para um melhor uso da retórica, dos argumentos lógicos, que se apresentam sob duas formas: induções, ou o uso de exemplos, e deduções, chamadas em retórica de "entimemas".

Segundo Aristóteles (1964)...

O entimema, ou silogismo retórico é o tipo de silogismo em que as premissas não fazem referência àquilo que é certo, mas àquilo que é plausível, e que tenha importância basal para a retórica já que, na maioria dos casos em que estão em jogo assuntos humanos, nem sempre se pode abalizar a argumentação exclusivamente naquilo que é verdadeiro, mas apenas no que é presumível.

E, se os recursos argumentativos são essencialmente dois: o entimema e o exemplo, o entimema é o tipo de dedução característico da oratória. O entimema parte de premissas exclusivamente verossímeis, que se constata em muitos casos e são acolhidas pela maioria das pessoas. Quanto ao exemplo, ele é o tipo de indução característico da oratória e consiste em citar oportunamente um caso particular, para persuadir o auditório de que assim é em geral. Aristóteles concebe três classes de oratória: a deliberativa, a forense e a de exibição. A oratória deliberativa é a que tem lugar na assembléia e visa à persuasão e que se adote a atitude e pensamento que o orador considera mais adequada. É a mais respeitável, a mais prestigiada, própria de homens públicos e dos que opinam sobre o bem comum e, talvez por isto, aquela para a qual preferencialmente se norteava o ensino de Aristóteles. A oratória forense, como o seu nome indica, é a utilizada perante os juizes ou jurados do tribunal, para os persuadir a pronunciarem-se a favor ou contra o acusado.

Finalmente, a oratória de exibição, também chamada de epidítica, é a que tem lugar em situações públicas ou outro local similar, perante o público em geral, que o orador procura impressionar exibindo os seus dotes de oratória, ou neste caso, de escritor, normalmente fazendo críticas ou elogios a alguém ou de algo, ainda que isso seja simplesmente um pretexto para que o orador possa brilhar. Cada um desses três gêneros de oratória possui uma especial afinidade com o tempo, conforme a finalidade da persuasão se manifesta no passado, no presente ou no futuro.

Na oratória deliberativa, por exemplo, está em causa o futuro, pois os membros da assembléia são chamados a deliberar sobre o modo como as coisas irão decorrer. O gênero deliberativo, dirigindo-se a um público mais móvel e menos letrado, prefere argumentar através do exemplo, que, aliás, permite conjeturar o futuro a partir dos fatos passados. Ainda por esta classificação aristotélica, no deliberativo quase não há razão para o uso do exórdio, uma vez que este tipo de texto trata do futuro, ou de um possível futuro.

A oratória forense remete-nos para o passado uma vez que os juizes ou jurados do tribunal deliberaram sobre atos que já aconteceram. Finalmente, na oratória de exibição (ou epidíctica) é o presente que se ostenta como dimensão temporal, pois aí os ouvintes avaliam e aquilatam a destreza que o orador manifesta no preciso momento em que faz uso da palavra.

Aristóteles não se detém profunda ou longamente acerca dos três gêneros. Esclarece, todavia, que o epidítico é o mais escrito dos três estilos, uma vez que é de conhecimento geral do público, o que faz com que o orador se utilize principalmente de amplificações, mostrando nobreza, valor e importância. O judiciário, que dispõe sobre as leis, se dirige a um auditório especializado, utiliza preferencialmente raciocínios silogísticos (entimemas), próprios a esclarecer a causa dos atos.

A fase chamada por ele de *enunciação* tem por objetivo deixar no interlocutor uma boa impressão do emissor e recapitular brevemente as questões fundamentais do discurso. Ainda é preciso salientar que parte desses estudos de Aristóteles é dedicada à análises dos distintos modos de emoções característicos de narração para diferentes tipos de auditórios.

No entanto, em uma análise, dentre outras tantas definições de retórica, de Aristóteles até Perelman e Reboul, percebem-se traços comuns; que, é em si, parte do interesse deste trabalho. A retórica desempenha a persuasão através do discurso, o que

significa dizer que quem tem o poder de persuadir tem que saber discernir sobre o que defender, e para quem.

A retórica tem uma preocupação maior com a adesão do locutor/leitor do que propriamente com a verdade. O objetivo daquele que a pratica é alcançar a aquiescência do interlocutor/leitor à tese que apresenta. A falsidade ou a veracidade da mesma é uma demanda secundária. No entanto, avisa Aristóteles(1964):

Cada qual propende naturalmente para onde arrasta a sua inclinação, por exemplo, os que gostam de vencer, conquistar uma vitória, os que gostam de honra, adquiri-las. No entanto, no que respeita o bem e o útil, são nestes os lugares donde se devem tirar as provas.

A retórica faz uso da linguagem comum e não de uma elocução especializada ou técnica. Isso acontece pelo fato de que a retórica é dirigida a todos os homens, como dizia Aristóteles, e não a um setor particular da população.

Isto porque persuadir tem, sempre, como objetivo um determinado comportamento resultante da argumentação realizada, uma vez que se aspira à transformação não só das convicções, mas também das ações, o que lhe confere uma propriedade diligente e, principalmente, ideológica.

É, assim, a argumentação que é a parte mais densa da retórica, já que menos do que o intento do convencimento é no argumento que se torna mais visível a característica de alegação, o que lhe adjudica contornos de defesa dos direitos.

A elocução, terceira fase do esquema aristotélico da argumentação, tem um caráter essencial, posto que, para os estudiosos, é quando a retórica mais se afina com a literatura, é quando o emissor põe-se a serviço e deve se sentir responsável por aquilo que os gregos chamavam de *hellenizein*, que pode ser traduzido como o “bom vernáculo”, e assim, quem deseja dominar a arte da persuasão, principalmente os que utilizarão os meios de provas

intrínsecas, não poderão permitir-se imprecisões, nem preciosismos, salvo em circunstâncias muito precisas.

A posteriori, tem-se a parte nitidamente mais elaborada que é, segundo os estudos de Aristóteles, a *confirmação*, ou seja, o conjunto de provas, seguidos por dados ou fatos que corroborem com a opinião do autor, ou de uma refutação (*confutatio*), que tem como finalidade a destruição dos argumentos adversários. A confirmação acolhe e estimula a ampliação do debate, rediscutindo da causa à questão propriamente dita, imprimindo forte impressão no “logos”, despertando da piedade à indignação.

Ainda na fase disposição, tem-se a peroração. A peroração tem como objeto a eficiência no fim do discurso, estabelecendo sua estrutura geral, em que se sintetiza e se relembra o assunto principal de cada capítulo, formulando perguntas específicas, em que a resposta direciona o interlocutor pelos caminhos estabelecidos pelo autor.

Por fim chega-se à ação, que é a conclusão do trabalho retórico, ou seja, a proferição do discurso. Em grego, *hypocrisis*, a *ação*, significava a interpretação do adivinho, depois, a interpretação do ator, ou seja, a ação teatral. Assim, o orador pode simular sentir o que não sente, embora um orador sincero não possa deixar de representar, segundo regras análogas às do ator. Se renunciasse a isso, trairia sua mensagem.

No entanto, este subitem, como sua própria definição se traduz, diz respeito somente aos oradores e à parte da proferição do discurso.

Quanto ao discurso retórico propriamente dito, pode-se expor ainda que, ao contrário do texto científico, ele tem aspirações literárias, pois impressionar, espantar e divertir podem contribuir terminantemente para a persuasão do leitor.

Para Aristóteles, com efeito, a interrogação dialética, longe de ser apenas um processo de debates, é na verdade, a colocação à prova de uma tese plausível para a

maioria. Ainda, para o filósofo estagirita, não se questiona sobre o duvidoso, discutem-se apenas sobre teses opostas. Não é, portanto, o hipotético que precisa ser conceituado, mas as respostas a que se chegam. Se a razão e o discurso sustentam o princípio da retórica é porque já incorporam o problema ou a questão, pois a retórica não fala de uma tese, de uma premissa, mas da dialética que afeta significativamente a condição humana, tanto sua razão, como nas suas paixões e, mormente, no seu discurso.

Recorde-se que Aristóteles situa sua classificação dos gêneros oratórios segundo o bem que em cada um deles almeja. Por conta disso, associa o útil ao gênero deliberativo, o justo ao gênero judiciário e o admirável, elogioso ou honorífico, ao gênero epidíctico.

Tem-se então uma razão e um discurso pensados a partir da questão do ser, no pressuposto de que dizer é dizer quem é e o que pensa. A retórica, desta forma, trata do que é, mas que poderia ter sido de outro jeito. Assim sendo, o tempo adquire uma importância essencial na concepção das próprias alternativas, além de admitir uma caracterização complementar de cada gênero. O passado delibera o gênero judiciário, na medida em que este reverencia fatos ou atos que poderiam ter sucedido de outra maneira. O presente é o tempo do gênero epidíctico, que se reporta ao que existe (um elogio, uma censura...), mas que poderia ser diferente. Por fim, é o futuro que está no ensejo no gênero deliberativo, seja por meio de um ato político, seja por alguma determinação.

A retórica abrange, por isso, a envergadura argumentativa dos seus agentes, pois, como diz Aristóteles (1964):

“É preciso que se seja capaz de convencer do contrário, não para que não nos iludam, e se alguém o fizer através do uso injusto de argumentos, que se sejam capazes de refutá-los”. (p.23)

E assim é que a discutibilidade da retórica remete desde logo para o confronto de idéias, para o debate, para a alternância no uso da palavra. Mas, qual o cerne da persuasão,

afinal? Perelman (1964) deixa muito claro que “A competência argumentativa não diz, apenas, respeito à arte de falar eloqüentemente, mas a uma eloqüência indissociável do raciocínio e do discernimento pensante.”

Não é o bastante, por isso, expressar-se com propriedade, colocar bem as palavras, perpetrar um discurso que emocione e seduza o auditório. Mais do que arquitetar frases de amplo efeito, mais do que ter domínio sobre as técnicas do dizer, é preciso saber pensar, articular os argumentos.

A retórica, por conta dessa articulação de argumentos, contém em si o meio para a abrangência do ato de convencer, em que, essencialmente, se fundamenta todo tipo de conversação, durante a qual, em cada uma das partes, ampliam e aprimoram pensamentos que antes sequer existiam. É desse jeito que os homens, convivendo uns com os outros, deliberam reciprocamente o seu lugar de coexistência, o que lhes proporciona o equilíbrio imprescindível para uma vida em comum.

1.1 A PERDA DA IMPORTÂNCIA DA RETÓRICA

Tal qual os gregos, o império romano bebeu da fonte da retórica, e, por isto, obteve grande prestígio. Em um império que tinha na ciência humana do Direito o fundamento para sua união em que o exercício judicial era de importância basilar, e levando-se em conta a enorme influência grega na cultura romana, era apropriado que a retórica e seus praticantes fossem considerados homens de grande valor. Muitos dos mais famosos oradores romanos, dentre os quais Cícero e Quintiliano escreveram obras conceituadas acerca da retórica.

Com a queda do império romano, a retórica foi perdendo paulatinamente a importância e, mesmo como prática, não era vista como objeto digno de estudo. Tal disposição foi agravada pelo predomínio do pensamento cartesiano - positivista na filosofia e nas ciências ocidentais.

Com a ascensão do pensamento racional mecanicista e a posterior concretização da visão científicista, o estudo dos meios de prova utilizados para obter a adesão foi totalmente negligenciado pelos lógicos e teóricos do conhecimento e o prestígio de outrora da retórica esvaiu-se.

Este fato se explica pelo fato de a retórica só ter razão de ser quando existe dúvida em relação a uma tese, não se atendo àquilo que é simplesmente certo, evidente, manifesto e incontestável, mas as soluções que não podem ser abastecidas nem pela experiência, nem pela inferência lógica; seu campo é o do verossímil, do admissível, do justo, do plausível. De tal modo que só há coerência em argumentar para reconhecer-se a verdade, uma vez que, como afirmava Aristóteles (1964):

"A retórica é útil, porque o verdadeiro e o justo são, por natureza, melhores que os seus contrários. Donde se segue que, se as decisões não forem proferidas como convém, o verdadeiro e o justo, serão necessariamente sacrificados: resultado, este, digno de censura".(p.20)

Obviamente, esse padrão intelectual peculiar à retórica conflitava diretamente com a aceção cartesiana de só considerar racionais as manifestações que, a partir de idéias claras e distintas, difundissem, com a ajuda de provas apodíticas, a evidência dos axiomas a todos os teoremas.

Assim, a retórica foi excluída da categoria de estudo racional, sendo relegada a um simples método pueril e ingênuo de interação, elaborado através de prosaicos artificios estilísticos. Desde a idade média até o século XX aconteceram ressurgimentos desta

ciência da comunicação, como os acontecidos durante o iluminismo e o renascimento, o que, contudo, não se constituiu em uma nova conquista de sua distinção intelectual.

Apenas no começo do século XX é que se esboçou uma “escola” filosófica de importância que tinha por finalidade a reconquista da excelência dessa forma de conhecimento tão antiga e tão profundamente atrelada à história do conhecimento da humanidade.

Com a filosofia da linguagem sendo considerada cada vez mais importante, a retórica, aos poucos, retomou seu lugar de direito junto às ciências filosóficas e, segundo Paul Ricoeur (1997), passou então a existir “um lugar da sociedade, por violenta que esta seja, por origem e por costume, onde a palavra prevalece sobre a violência”(p.63).

Esse conceito é o cerne da retórica, além do que, esta, por si só, é intrínseca a uma idéia de debate, de alternância da palavra. Para a retórica, é no “espírito” do debate que melhor se embatem as várias formas e meios de argumentação, em que predomina a lógica do provável e a interpretação, em que impera a competência e a imaginação da própria produção dos argumentos. Assim sendo, uma multiplicidade de filósofos e estudiosos passou a analisar a retórica como um objeto digno de estudo, seja sob a sua vertente formal, seja sob a ótica que dá especial destaque a sua característica de instrumento de persuasão.

Como o objeto deste trabalho diz respeito a esse aspecto, sob o ponto de vista de um corpus, observe-se com particular atenção a obra do pensador que de maneira mais completa rompeu com a idéia cartesiano-positivista de desconsideração da retórica: Chaim Perelman, filósofo polonês radicado na Bélgica. Em um subseqüente subitem, será feita uma explanação mais acurada acerca deste estudioso, condição sine-qua-non para se falar de retórica.

Por conseguinte, se a retórica é esse choque da opinião dos homens em livre oposição em suas concepções, não menos extraordinário é o papel que ela exerce no prestígio e na consideração das idéias implicadas na argumentação. Este sufrágio acontece, principalmente, porque o que está em jogo na retórica é a influência, não importa se lógica ou emotiva, mesmo se o objeto do debate é sempre particularizado por uma questão. Questão esta que, sendo suscetível de receber mais de uma solução, requer, para sua solução mais exata, a aplicação de um processo argumentativo.

E a constituição deste discurso argumentativo, suscetível da consignação de alguma adesão por parte do ouvinte /auditório/ leitor, tem várias fases, cada uma com a sua condição. Cícero, Aristóteles, Quintiliano e muitos outros filósofos, desde a antiguidade clássica, aventuraram-se na tentativa de se instituir um arquétipo para as formas de persuasão, mas, só mais recentemente, percebeu-se o valor deste trabalho.

A retórica ressurgiu, deste modo, como a “peleja” do eu com o outro, onde os sujeitos se desenvolvem mutuamente, numa representação de intersubjetividade na qual um Eu pode identificar-se com outro “Eu”, sem desobrigar-se da identidade entre ele e o seu outro. Assim, cada actante da argumentação é convidado a defender uma preferência, a deliberar sobre uma prioridade. O consenso que daí decorre pode então ser visto como acesso ao campo da intersubjetividade, um mundo em que o homem decide sobre o que ele é e o que são os outros.

Esta retórica contempla sujeitos sociais em que o indivíduo não se anula em sua individualidade nem se suprime em uma submissão acrítica. E é nesta definição que a retórica contemporânea se apresenta apta para a promoção da redescoberta do valor do Homem e de sua subjetividade.

Desvela-se, assim, não só uma retórica dos sujeitos, mas também para os sujeitos. Sujeitos estes que tentam afiançar ou extrapolar suas diferenças em busca de anuência. Não obstante, é pelo cotejo de opiniões, pela discussão e seleção dos valores que se amoldam e reafirmam esta grande relação social. É esse regime de liberdade que, pelo seu poder de repudiar a violência e rejeitar o poder ditatorial, por exemplo, pode conferir aos homens um lugar proeminente no exercício pleno da cidadania.

Ao mesmo tempo, percebe-se que, ao contrário do que expunham os positivistas, sem a aptidão argumentativa, é a própria criticidade que perde seu sentido. Nesse caso, o destinatário da mensagem facilmente passaria de receptor a receptáculo. Por isto, a capacidade de argumentar é, antes de tudo, um exercício de autonomia do cidadão e de seu livre-arbítrio, de sua formação pessoal que o situa como responsável pelos seus atos.

Em suma, a diferença de opinião é o campo natural da retórica, ao menos da sua vertente argumentativa. Com efeito, no mais puro espírito aristotélico, o privilégio da certeza era o mais inconfundível dos sinais do erro. A propósito disse René Descartes:

Cada vez que dois homens fazem sobre uma mesma coisa um juízo contrário, é certo que um dos dois se engana. Mas há mais, nenhum dos dois possui a verdade; porque se tivesse uma visão clara e distinta, podê-la-ia expor ao seu adversário de tal modo que acabaria por forçar a sua convicção

1.2- OS SOFISTAS E A RETÓRICA

Os sofistas eram os pensadores que, mesmo não constituindo uma escola no sentido técnico do termo, desenvolveram entre si certa analogia de procedimentos e intentos no ensino da arte retórica. Os sofistas tinham como objeto o ensino da arte da política bem como o ensino das características indispensáveis para a concepção de cidadãos úteis e exemplares, o que abrangia conhecimentos da retórica, ou a arte da persuasão exercida nos tribunais e nas outras assembléias a propósito daquelas coisas que são justas e injustas.

Portanto, os sofistas são os primeiros docentes da história da Retórica. Catedráticos na arte de bem falar, adquiriram formidável celebridade e suas doutrinas eram bastante concorridas pelos jovens nobres.

Se os sofistas eram donos de excelente reputação em seu próprio tempo, o mesmo não se pode assegurar acerca de sua posteridade; graças a Platão, a palavra *sofista* e seus congêneres passaram a ter uma especial conotação pejorativa.

Os sofistas foram os grandes mestres da retórica. Por esta causa, a retórica é freqüentemente apreendida como um tipo de sofística, como um discurso de sofismas, de apostas lógicas, jogos de palavras. É essa a imagem que os próprios filósofos gregos e escritores como Sócrates, Platão e Aristófanes, tinham destes retóricos.

Apesar disso, da sofística não se deve apenas interpretar e apreender os defeitos, mas o valor, especialmente a vocação pedagógica, a crítica livre e aberta da tradição, a ponderação, o incremento da eloquência, enquanto ciência do dizer. Os sofistas estavam para a Grécia antiga como os iluministas europeus estavam para a Europa do Século XVIII.

A maior parte dos sofistas, ao contrário do que se possa pensar, não eram de Atenas, mas de muitas e as mais variadas localidades: Protágoras do norte da Grécia, Górgias da

Sicília, Pródico da ilha de Keos, Hípias de Elis, no Peloponeso, etc. Só dois atenienses, Antífon e Crítias. Este fato favorece a compreensão do seu ceticismo, o distanciamento com que olham para hábitos, tradições e hábitos culturais gregos.

Na sua terra tinham hábitos ou estavam acostumados a realidades diferentes das que encontravam em Atenas. O mais notório texto, dos escassos que sobraram dos seus estudos, é a notável sentença de Protágoras de que “o homem é a medida de todas as coisas”. E que, colocadas em causa as regras situadas pela tradição, restava como único discernimento seguro à experiência humana, a habilidade de raciocinar do homem, de ajuizar o que de diferente se lhe apresentava, de criticar o constituído, de forjar alternativas.

Os sofistas eram livres-pensadores que não obedeciam a exemplos instituídos, mas os utilizariam em prol de sua causa, se necessário fosse. Foram eles que alargaram os limites do pensamento filosófico. O sucesso dos sofistas na Grécia significou a vitória do pensamento livre, do rompimento de tabus, da disposição de que tudo pode ser discutido e de tudo pode ser argumentado.

O livre-arbítrio para colocar tudo em causa e a aptidão para tudo argumentar, que distinguia os sofistas, arrebataram os jovens de Atenas que se dispuseram a pagar regiadamente por seus cursos (REBOUL, 1998, p.6-9).

A retórica era, para os sofistas, a técnica de, pelo raciocínio e pela expressão verbal, tanto derrocar conceitos estabelecidos, como de alçar novas idéias e novos valores, que, não obstante, se conservavam sempre sujeitos à crítica. Refutar, criticar, derrubar eram expressões da sofística, e as que lhe eram mais atribuídas. Mas ao lado dessa atividade, existe outra, de caráter mais altivo: a de idealizar pela argumentação e por critérios racionais.

A retórica era uma importante ferramenta de ação pública, aplicável nas mais diversas conjunturas, e eram exatamente esses seus atributos de autoridade e de versatilidade que a tornavam tão cobiçada. O alcance e a compreensão desse poder eram enormes, como se pode notar nos termos de Górgias com que conclui a definição da retórica como habilidade de persuadir o interlocutor:

“Com este poder farás teus escravos o médico, o professor de ginástica, e até o grande financeiro chegará à conclusão de que obteve dinheiro não para ele, mas para ti, que sabes falar e que persuades a multidão.””.

É quase impossível não ver nesta exposição o discurso de um vitorioso que tudo pode conseguir junto aos elocutários vencidos pela mágica emanada de suas palavras, mas para além dessa visão de retórica, há que se perceber a extensão de liberdade e potência que a palavra concede a quem a domina. Com a retórica, até o pobre pode defrontar-se e vencer, no meio dos outros homens ou diante de uma assembléia, os poderosos e os abastados. Na eloquência não há diferenças de classes sociais, mas apenas competências e mérito individuais.

Apesar de todo o sucesso alcançado pelos sofistas, na opinião de Sócrates (1964), eles falharam em lecionar excelência moral e virtude. A argumentação dos sofistas no ensino da arte (excelência) não apenas induzia ao erro, mas também pervertia seus conceitos, porque dava a entender que podiam produzir excelência moral, e absolutamente nada faziam neste particular.

Para Aristóteles, os sofistas incitavam ao erro por fazerem os jovens aprendizes perderem, em parte, a noção de nobreza e dignidade, ao se utilizarem da argumentação meramente como forma de convencimento, independentemente da verdade, da justiça e do senso do dever.

Notem-se melhor as diferenças sofistas e Sócrates:

SOFISTAS	SÓCRATES
Os sofistas lecionavam por dinheiro, “vendendo o seu conhecimento para quem pudesse pagar”.	Sócrates vive para lecionar sem nada cobrar: “Filosofar não é profissão, é atividade do homem livre” (1964).
O sofista é um professor errante.	Sócrates é alguém ligado ao progresso de sua cidade;
O sofista cobra para ensinar. - O sofista “sabe tudo” e comunica um saber pronto, sem crítica (que Platão aproxima a uma mercadoria, que o sofista exhibe e vende).	Sócrates diz nada saber e, pondo-se no nível de seu interlocutor, estabelece uma interlocução dialética em busca da verdade.
O sofista faz retórica - discurso de forma primorosa, porém vazio de conteúdo – (no sentido platônico). O propósito do sofista é o convencimento puro e simples, sem preocupação didática ou compromisso com a verdade.	Sócrates faz dialética (argumentos apropriados). Na retórica o ouvinte é levado por uma grande quantidade de palavras que, se perfeitamente dispostas, persuadem sem transmitir conhecimento. Na dialética, que atua por perguntas e respostas, o conhecimento resulta passo a passo.
O sofista refuta por refutar, para ganhar a contenda verbal.	Sócrates refuta para purificar a alma de sua ignorância.

Assim, para muitos estudiosos, não é possível o afastamento da retórica dos sofistas e do antagônico pensamento platônico, já que é em grande parte através dele que se aprecia parte da ciência sofística. Sem falar que, como o espírito do pensamento sofístico se origina a partir de sua consangüinidade e distinção dos estudos platônicos, que é fundamentalmente de censura, torna-se importantíssimo a percepção desta ligação entre os sofistas e o pensamento de Platão, como um discípulo de Sócrates, acerca da sofística.

1.3 -OS SUCESSORES DOS ESTUDOS RETORICOS – PERELMAN-

Perelman estabeleceu o ressurgimento filosófico da Retórica, daí a importância excepcional e única que ocupa na história do pensamento moderno. Pai da moderna retórica, Chaïm Perelman, filósofo e pensador, se dedicou com especial tenacidade tanto à Justiça, à retórica e ao Direito. Nasceu em Varsóvia. Em 1925, emigrou para a Bélgica, onde estabeleceu a sua carreira. Ensinou Filosofia, Moral e Lógica na Universidade de Bruxelas até o ano de 1978.

O trabalho deste estudioso é fundamental porque deve-se a ele o ressurgimento da Retórica como forma de persuasão que, desde o banimento disseminado por Platão, viu-se excluída dos estudos filosóficos. Longe de reduzir a Argumentação ao plano discursivo, Perelman mostrou conclusivamente que disciplinas como a Filosofia, a História ou o Direito, para citar somente estas ciências, agia, cada uma a seu modo, utilizando-se da argumentação.

Para Perelman, a demonstração e o juízo hipotético-dedutivo são as bases da razão e da lógica. Sem elas, não existiria a lógica ou raciocínio que pudessem ser consideradas como tal. No entanto, os juízos de valor e de bom senso não decorrentes da lógica estão imersos, e mergulham o homem, infalivelmente, nos meandros da irracionalidade.

O primeiro estudo de Perelman sobre a argumentação foi uma palestra, *'Logique et rhétorique'*, proferida em 1949 e, posteriormente compilada e agrupada a sua primeira obra de sobre o tema, *Rhétorique et philosophie* em 1952. Seis anos depois, divulgou seu estudo fundamental, o *Traité de l'argumentatio*.

Perelman, ao fazer referência às barreiras externas da retórica, advindas da polissemia da linguagem verbal, assinalou o enorme campo onde não havia a imperativa

necessidade da razão, ou a obrigação de prova demonstrativa. Quando estabeleceu tal fronteira, viu-se de posse de um conceito que era bastante diverso de toda uma tradição do pensamento ocidental, e que, entretanto, ligava intimamente o seu pensamento com a retórica de Aristóteles.

Litigando com os principais ramos do pensamento da modernidade, representadas pelo racionalismo cartesiano, Perelman vislumbrava uma outra tradição filosófica mais antiga que remontava a Aristóteles, à Retórica, mas também à dialética, enquanto esta se estabelecesse como "arte de razoar" a partir de determinados conceitos. Estas opiniões "geralmente aceitas" são apreendidas por um grupo de pessoas que a metodologia retórica qualifica como auditório. Essa é, pois, a informação central que Perelman empresta dos gregos, fazendo dela uma instância essencial para a compreensão da discursividade persuasiva.

Segundo Perelman (*Tratado de Argumentação*, 1996): é em função de um auditório que toda a argumentação se alarga. Assim sendo, para este estudioso, a teoria da argumentação, "idealizada como uma nova retórica, ou uma nova dialética, envolve todo o campo do discurso que tem como objeto a arte de convencer ou de persuadir, qualquer que seja o elocutário".(p.41) Argumentar é, pois, fornecer argumentos, ou seja, pretextos contra ou a favor um determinado mote.

Um princípio de argumentação, na percepção moderna, vem retomar, assim, e ao mesmo tempo, restaurar a retórica dos Gregos e dos Romanos, apreciada como a arte de bem falar, em outras palavras, a arte de falar a persuadindo e convencendo, e retoma a dialética, bem como a arte do diálogo e da controvérsia."

Segundo Perelman, qualquer argumentação implica, as seguintes proposições:

Ela é centrada e está arraigada num contexto, aponta para um determinado auditório; o emissor, pelo seu discurso, visa desempenhar uma ação de persuasão ou convicção sobre o elocutário; os auditores necessitam estar dispostos a escutar, a sofrer a ação do orador; querer persuadir significa a abdicação, pelo orador, de dar ordens, buscando, antes, a sua adesão intelectual. (1996,p 27).

A noção de auditório aparece como um ponto central nesta percepção da argumentação determinado por Perelman como o conjunto daqueles que o orador quer influenciar através do seu discurso. Com o intuito de provocar o apoio do receptor para determinadas teses, é essencial começar o emissor por avaliar quais os valores e as teses acolhidos por esse auditório, pois eles deverão compor o ponto de partida do discurso. Assim, promover o juízo e a adesão encontra-se, fundamentalmente, na base de toda elucidação da linguagem, da forma como ela é praticada diariamente.

Portanto, uma argumentação, por ser abrangente, dá margem a várias conclusões, várias opções, o que determina, portanto, um debate perene, e, assim, a teoria de Perelman não é um padrão de relativismo, que a Retórica sempre foi acusada de defender, tendo sido Platão o primeiro e principal acusador. Eis, pois que para Platão, o retórico opera exaltando através da linguagem e a manuseia em tal aspecto que possa sempre dizer o que melhor se assenta em diferentes situações.

Desta maneira, o retórico não tem um princípio próprio, mas pode amparar a todos, oposto das linguagens científicas, matemáticas, que permitem exclusivamente idéias claras e distintas e de evidências perceptíveis, como dirá mais tarde Descartes. O discurso filosófico, note-se, não tem outro expediente senão aquele do senso comum que irá criticar, admoestar, alterar. A ascensão do estudo retórico no seio de uma Nova Retórica incide também em ter ciência de que a argumentação filosófica não tem, nem deve ter a rigidez

das ciências formais, nem os expedientes das ciências empíricas, já que ela age a partir das linguagens naturais, submetidos às vicissitudes sociais do debate.

Nota-se o aspecto particular, existencial e cultural do procedimento filosófico ao se argumentar,. E o filósofo, assim, procura, através do argumento, constituir verdades impessoais e atemporais, sua aspiração, no entender de Perelman, será o de oferecer uma visão do homem, de suas afinidades com a sociedade e o universo.

Enquanto os filósofos racionalistas, como Descartes, Leibniz ou Spinoza repudiavam estas “deficiências” da linguagem que, na opinião deles, eram sobretudo superficiais e contraditórias. Perelman, ao mesmo tempo em que acolhia a investigação da clareza e da coerência pelo filósofo, conclui que este é levado a satisfazer uma escolha para elaborar uma filosofia razoável.

Assim sendo, é necessário sempre que se relembre o que expunha Perelman:

(...) quanto mais um tema é incerto, menos a solução possível se restringe a uma exclusiva alternativa, mais extenso é o leque de respostas possíveis, pelo que não se trata então de aprovar ou desaprovar, de julgar uma questão que se consegue reduzir a uma alternativa ou outra; agora convém decididamente encontrar a resposta mais útil, a mais adequada entre todas as possíveis, e até mesmo criar a alternativa (1996,p76).

Na acepção de Perelman a retórica deve ser considerada como uma terceira via entre a racionalidade e o irracionalismo, entre a matemática ou a silogística. Não rejeita a idéia de razão. Antes, escolhe outra forma de racionalidade, também fidedigna, legítima e insubstituível, sobretudo nos campos do aleatório, do histórico e do axiológico, ou seja, uma racionalidade edificada no âmbito do verossímil, do provável, do plausível, na medida em que refuta as certezas absolutas do cálculo. Esse é o território da teoria da argumentação.

1.3.1 AS TÉCNICAS ARGUMENTATIVAS DE PERELMAN

Pode-se estabelecer, a partir de Perelman, uma profunda análise que classifica os argumentos e tenta apreender a sua articulação avaliando-se a sua eficácia persuasiva.

Para isto, Perelman assinala três grandes grupos de argumentos: argumentos quase-lógicos, argumentos baseados na estrutura do real e argumentos que fundam a estrutura do real. Observem-se algumas considerações acerca de sua teoria:

1.3.1.1 ARGUMENTOS QUASE-LÓGICOS

Este tipo de argumento situa seu melhor efeito persuasivo nos princípios lógicos, à analogia dos quais são construídos. A evidência da comprovação lógica serve aqui de base para uma persuasão que daí retira toda a sua eficácia. O argumento quase-lógico persegue sempre a certeza do princípio lógico de que é a significação retórica sem jamais a alcançar.

Enquanto os argumentos quase-lógicos tentam se beneficiar da sua proximidade com os estudos lógico-matemáticos dos quais retiram parte de sua credibilidade, os argumentos aqui se utilizam da estrutura do real para estabelecer uma analogia entre opiniões a respeito dessa estrutura e outras de que se procura convencer o interlocutor.

O argumento fundado na relação de coexistência estabelece uma ligação de coexistência entre uma essência e as suas manifestações. Assim se argumenta que os atos praticados coexistem com a pessoa que os pratica.

1.3.3 ARGUMENTOS QUE FUNDAM A ESTRUTURA DO REAL

Neste tipo de argumentação um evento particular é utilizado, generalizando-o para, dessa forma, estabelecer aquilo que se acredita ser uma estrutura do real socialmente construído, ou um exemplo.

Mas é preciso que se assinalem as formas variantes deste tipo de argumento:

- 1.- Exemplo-O exemplo tem a pretensão de generalizar, estabelecendo um princípio a partir de um caso particular: o exemplo de um indivíduo de etnia japonesa que trabalha com eletrônica e informática, estabelecendo uma regra segundo a qual todos os japoneses têm aptidão para tal tipo de trabalho.
- 2.- Ilustração-A ilustração, como o argumento, reforça a adesão à crença num preceito já estabelecido. Ilustra-se a regra com casos particulares que tornam a regra mais presente. Como diz Reboul, parafraseando Perelman, "os exemplo servem para provar a regra, as ilustrações para a tornar clara". (1996, p.181)
- 3.- Modelo-O uso do modelo na argumentação evidencia a sua reprodução. A conduta de um grande homem é freqüentemente utilizada como modelo que se espera promover a imitação: "o valor da pessoa, previamente reconhecido, constitui a premissa de onde se tirará uma conclusão preconizando um comportamento particular". (Olivier Reboul 1998, p.181)

O maior legado de Perelman foi conseguir instituir que o racionalismo e a argumentação não são excludentes entre si, mas contrapõem-se complementarmente. Para ele, a dificuldade que o pensamento ocidental tem para acolher esta coexistência está no modo milenar de pensamento maniqueísta de ver o mundo.

1.3.4- ARGUMENTOS FUNDADOS NA ESTRUTURA DO REAL

Estes tipos de argumentos, embora também sejam empíricos, não se apóiam na estrutura do real, antes, criam-na; ou, no mínimo a completam, fazendo com que as coisas apareçam nítidas, onde antes não eram vistas, não suspeitadas.

Argumentos baseados na realidade são aqueles cujo fundamento encontra-se na ligação existente entre os diversos elementos da realidade. Uma vez que se admite que os elementos do real estão associados entre si, em uma dada ligação, é possível fundar sobre tal relação uma argumentação que permita passar de um desses elementos ao outro. Podem ser de sucessão ou coexistência. Os argumentos fundados na estrutura do real por sucessão são aqueles que dizem respeito à relação de causa e efeito; por exemplo, os argumentos pragmáticos, que atribuem o valor de uma tese aos resultados causados por sua adoção. Os argumentos fundados na estrutura do real por sucessão dizem respeito às relações envolvendo realidades de ordens diferentes, em que uma seja a essência e a outra a manifestação exterior dessa essência.

1.4-O TRIANGULO ARGUMENTATIVO

Na argumentação, demonstram-se os itens que fazem parte do sistema retórico e que serão dispostos num esquema didático :

- O orador. Aquele que argumenta, para si mesmo ou para os outros. O orador, dispondo de uma opinião, se coloca na postura de transportá-la até um interlocutor e submetê-la para que ambos dela partilhem.

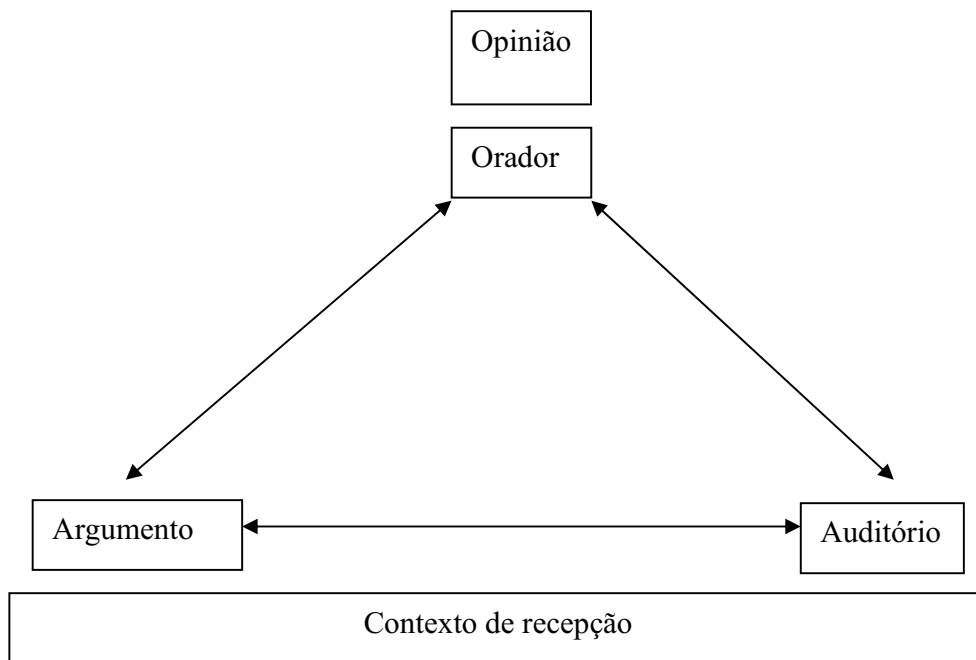
- A opinião do orador. Pertence ao campo do verossímil, quer se trate de uma tese, de uma causa, de uma idéia ou de um ponto de vista. Esta opinião existe enquanto tal antes de sua colocação na forma de argumento: pode-se ter um conceito sobre determinado assunto e guardá-lo para si sem se tentar persuadir os outros, ou simplesmente informá-los de que se aderiu à tal idéia.
- O argumento. Defendido pelo orador, trata-se da opinião colocada para convencer; a opinião se coloca, então, em um raciocínio argumentativo. -O interlocutor - Aquele que o elocutor deve convencer a aderir à sua opinião, pode se tratar de uma pessoa, de um público, de um conjunto de públicos ou até mesmo, em casos extremos, do próprio elocutor quando ele procura se auto convencer
- Contexto ou Recepção. Trata-se do conjunto das opiniões, dos valores, dos julgamentos que são partilhados e que existem previamente ao ato da argumentação e vão desempenhar um papel na recepção do argumento, na sua aceitação, na sua recusa.

Ao se transportar estes fatores para um dado esquema em que cada componente se inter-relaciona com o outro de forma que se notem mais facilmente as conexões possíveis de uma opinião num contexto de recepção.

No entanto, para Reboul,(p.30.) ...”é preciso que se considere que na argumentação, o que conta não são apenas pessoas, mas que suas idéias sejam partilhadas”...

Assim, observe-se, no esquema abaixo, a percepção prática, com cada item estabelecido num triângulo em que se conectam e demonstram os elementos do esquema da comunicação argumentativa, tornando mais clara a concepção exposta:

O Esquema da Comunicação Argumentativa



(BRETON, 1983, p. 32).

1.4.1 – A OPINIÃO CONDUZIDA

Pode-se ver que o diagrama acima tem como escopo a conectividade da opinião num contexto de recepção. Neste aspecto, o receptor, o orador, o argumento e o interlocutor são somente parte do conjunto intercessor neste processo de transporte. Avalie-se, tanto assim, que na argumentação, o que conta, antes de tudo, são as idéias que passarão a ser compartilhadas. No entanto, pergunte-se por que é preciso fazer distinção entre o que se pensa e o que se diz, entre a opinião e o argumento? Haveria uma diferença entre esses dois níveis que, visivelmente se confundem? Uma diferença que paira sobre a retórica e que está ligada à existência desta discrepância que está no arcabouço da eficácia persuasiva. Na

argumentação, é preciso abdicar a essa discrepância, sem, no entanto, abdicar à idéia da existência de uma diferença entre opinião e sua manifestação.

Dessa maneira, fica claro que argumentar é também eleger uma opinião, bem como os aspectos que a tornarão mais crível para um determinado público. A modificação de uma opinião, de uma argumentação em função de elocutário em particular é justamente o objeto da argumentação.

1.4.2 RECEPÇÃO DO ARGUMENTO

Discorrer sobre a argumentação em termos de comunicação traz como consequência a consideração das modalidades de recepção do argumento. Nenhuma opinião proposta intervém em um terreno virgem. Toda pessoa tem, previamente, um conceito próximo da opinião que lhe é proposta, salvo no caso de uma novidade absoluta ou de campos específicos de conhecimento. De qualquer maneira, essa opinião vai se inscrever em um conjunto de representações, de valores, de crenças que são próximas ao elocutário.

Pode-se, além disso, arriscar explicar a argumentação como uma ação que tem como objeto a transformação do contexto de recepção, ou, em outros termos, as opiniões de um dado auditório. Esta concepção, para ser mais precisa, deve levar em conta o fato de que acolher a opinião proposta pelo outro tem consequências sobre o que se pensava antes.

O elocutário, após o ato argumentativo, não dispõe simplesmente de uma opinião “a mais” sobre o que ele pensava (se fosse este o caso, estar-se-ia num procedimento fundamentalmente informativo), mas passa a dispor de fatos que podem modificar seu ponto de vista ou até sua visão de mundo, ao menos partes dessa visão que estão atreladas ao argumento apresentado.

1.4.3 – INFORMAÇÃO X OPINIÃO

No jornalismo, gênero ao qual pertence o corpus deste trabalho, a opinião e a informação devem ser consideradas distintas e jamais devem ser confundidas, mesmo que a fronteira que as separa seja tênue.

Aristóteles excluía do grupo da argumentação tudo o que dependia da comprovação imediata. Como, por exemplo, o testemunho sobre um fato do gênero: “Está chovendo”. Neste caso, o contrato de ligação que atrela a testemunha ao auditório é um contrato informativo que nada tem a ver com argumentação. Pode-se observar, porém, que o mesmo enunciado, “está chovendo” pode compor o artefato de uma argumentação, em um distinto contexto: “Está chovendo, fiquemos em casa, então”.

Assim, qual o conceito de opinião? Um ponto de vista que sempre supõe um outro ponto de vista possível ou que, num debate, por exemplo, se opõe a outros pontos de vista (Daí a existência da argumentação). O que é uma informação, senão um olhar sobre o real que tende a ser único, a ser a síntese de testemunhos concordantes? Pode-se dizer que isto não existe, que a informação é sempre subjetiva, pois é produzida por homens. Ela nem sempre será uma representação do real. Uma vez que, no caso da informação, supõe-se que haverá tendência para um olhar objetivo, mesmo que não se consiga apreendê-lo completamente.

O discurso jornalístico, a objetividade de somente informar, às vezes descaracteriza a presença de contatos específicos e diretos entre aquele que redige e o leitor o qual se dirige. O autor ofusca-se em seu próprio enunciado, que lhe é completamente externo, através da narração impessoal do jornalismo informativo, extraindo o atributo da

subjetividade entre o eu e o tu, de tal forma que o discurso jornalístico pode ser notado como enunciação objetiva, sem a aparência do sujeito.

Apesar disso, não há acontecimento exteriorizado das representações do tempo, do espaço e da pessoa/sujeito, essas marcas não podem ser apartadas; sem elas, não existe enunciado, ou o enunciado seria sem sentido, e, por conseguinte, num determinado contexto não teria significação. O discurso, na notícia, tenta instituir um tempo e um lugar em que estão presentes os agentes da ação, o interpretador e o narrador dos acontecimentos.

Note-se, no entanto, que para este estudo, em que se aborda a argumentação no campo jornalístico, o que distingue informação e opinião é essencial e determina os modos de ação e de pensamento do jornalista. Ele não faz o mesmo tipo de texto quando informa o público ou quando lhe dá, como comentarista ou cronista, sua opinião sobre os fatos.

Apesar do uso demasiado, que acabou por abrandar o sentido desta palavra, a “opinião” continua a ter a essência que assinala aquilo em que se acredita. O homem não é constituído unicamente de opiniões, mas são as opiniões que fazem um homem e, sobretudo, sua identidade social.

A opinião, neste sentido, é ao mesmo tempo o conjunto de crenças, dos valores, das representações do mundo e da confiança nos outros que um indivíduo cultiva para ser ele mesmo. No entanto, a opinião é móvel, está em eterna mutação, submetida aos outros e sujeita a mudanças permanentes. A opinião se diferencia da certeza ou da fé, que se coloca fora de qualquer discussão, (mas não necessariamente fora do espaço da dúvida).

Explorados e tratados os processos que norteiam a retórica e a argumentação, passa-se a explorar, no próximo capítulo, esse mesmo processo presente no texto jornalístico.

CAPÍTULO II

O PROCESSO RETÓRICO DO TEXTO JORNALÍSTICO

Entende-se o jornalismo como os episódios de circulação e produção de sentidos. Ou ainda pode-se apreender o jornalismo como um discurso dialógico; polifônico; ao mesmo tempo finalidade e produção de sentidos; elaborado segundo condições de produção e rotinas particulares; com um contrato de leitura específico, amparado na credibilidade de jornalistas e fontes.

O discurso não existe por si mesmo, ele só tem razão de ser em um espaço entre sujeitos. Em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, Bakhtin estabelece entre dois seres humanos:

Ora, meu corpo só se torna um todo se é visto de fora, ou num espelho (ao passo que vejo, sem o menor problema, o corpo dos outros como um todo acabado). O segundo é temporal e relaciona-se à alma: apenas meu nascimento e minha morte me constituem como um todo: ora, por definição, minha consciência não pode conhecê-los por dentro. Logo, o outro é ao mesmo tempo constitutivo do ser e fundamentalmente assimétrico em relação a ele: a pluralidade dos homens encontra seu sentido não numa multiplicação quantitativa dos “eu”, mas naquilo em que cada um é o complemento necessário do outro (2003, p. XXVI-XXVII).

O discurso jornalístico também tem esta característica, e admitir isso como um dos pressupostos do jornalismo faz com que se deva reconhecer que o texto informativo é apenas um escopo do jornalista, restando-lhe elaborar um texto que no máximo dê determinada leitura para um dado sentido, sem que exista qualquer penhor de que seu objetivo vá de fato ocorrer. A pretensão de isenção absoluta que ampara o jornalismo a partir de seu intento de descrever “fielmente” os acontecimentos revela-se frágil e apenas aparente, sempre que estabelecida pelo prisma da linguagem.

Em sendo o discurso uma organização situada para além da frase, pode-se dizer que o texto jornalístico é um gênero dentro do tipo midiático. Para produzir e abarcar tal forma de discurso exige-se dos interlocutores certa autoridade sobre o gênero em questão: em geral sabe-se o que esperar de um discurso.

Na teoria das formas de argumentação como estudo dos expedientes de convencimento e de persuasão pelo argumento racional, o discurso jornalístico impresso exige, ainda, a incursão nos diversos aspectos discursivos que caracterizam os diferentes gêneros: notícia, reportagem, artigo, editorial, artigo, ensaio e resenha.

2.1- O PROCESSO RETÓRICO DO JORNALISMO OPINATIVO

A história do jornalismo opinativo no Brasil principia-se concomitantemente à história da imprensa do país a qual surgiu na primeira década do século XIX. Um prelo chegou ao Brasil no depósito do mesmo navio que conduziu a corte portuguesa em fuga para a colônia. O aparelho era da Secretaria da Guerra e foi empregado por Dom João VI na concepção de A Gazeta do Rio de Janeiro. Antes desse jornal, em 1808, Hipólito José da Costa produzia em Londres a edição de lançamento do Correio Braziliense.

Em princípio, já no “Correio Braziliense”, passando pelos pasquins, bem como os maiores jornais atualmente como “O Estado de São Paulo” e “Jornal do Brasil”, a forma opinativa de expressão jornalística já esboçava seu poder e começava a ganhar cada vez mais espaço e valor.

No entanto, a notícia e o jornalismo passaram a ter grande importância a partir das primeiras décadas do século XX. Esse fato se consolidou paulatinamente até o final da década de 1940. Ao elaborar uma ampla reforma em seu parque gráfico, “O Estado de São Paulo” no início da década de 1950, passa a planejar espaços específicos para textos

opinativos, antecipando a tendência de se dar a devida importância de avaliações críticas para a compreensão mais acurada do noticiário.

Esta reforma passou a determinar que alguns jornalistas expressassem suas opiniões publicamente. O jornal, utilizando-se da posição intelectual de alguns desses profissionais, passou a considerar que, além da vasta cultura, estes “jornalistas”, mais do que ninguém deveriam ter a melhor percepção possível dos fenômenos políticos e sócio-econômicos.

Quando da sua reforma gráfica, a “Folha de São Paulo”, anos depois, teve a mesma convicção, estabelecendo-se as páginas 2 e 3 como as mais importantes para editoriais, pequenos e grandes artigos de jornalistas e personalidades.

Percebe-se que a opinião no jornalismo somente aos poucos passou a ser imprescindível, não só para os próprios profissionais do jornalismo, mas essencialmente para o leitor cidadão e para a sociedade.

É neste espaço que se fazem públicas as opiniões divergentes e díspares visão de mundo, bem como polêmicas que podem ser discutidas democraticamente, análises estruturais e conjunturais que podem abalizar decisões. Essa forma de entender as páginas opinativas de um jornal como um espaço social torna necessário que, além da própria essência física, a opinião neste espaço seja expressa dentro de conceitos básicos:

O primeiro tem em mira um caráter ético e democrático; o segundo vislumbra a alternativa de um fundamento argumentativo amplo e apropriado à abordagem dos temas em pauta. Na prática, os conceitos assinalados se assentam de tal maneira à produções de sentidos que se torna um trabalho bastante subjetivo identificar quando a observância com uma acaba, para que se inicie a ajuizamento da outra.

Uma atitude ética e democrática na ação de comunicar, mormente para a prática do jornalismo opinativo, continuamente demandará bases argumentativas concretas, formadas

solidamente à exaustão, motivadas junto aos preceitos éticos e democráticos. Tanto assim que, na opinião de José Marques de Melo: “Não ter conhecimento de como argumentar não seria, aliás, um dos grandes motivos da desigualdade cultural, que se justapõe às tradicionais desigualdades sociais e econômicas?”.(2003)

Uma sociedade que não proporciona igualmente, a todos os seus membros meios para serem cidadãos, isto é, para terem uma verdadeira participação como cidadão, ao tomar a palavra, seria verdadeiramente democrática?

Por conseguinte, a retórica, com seu caráter ideológico, amparado nos limites éticos, caminha inequivocamente para uma democracia no debate público em demandas de interesse da sociedade. Desse modo, a argumentação está para o jornalismo, assim como o martelo e o esquadro estavam para os primeiros pedreiros.

Portanto, ao se conceber a opinião, segundo as necessidades e intenções do enunciador, deve-se ter em foco, independente do gênero, a necessidade de se antever um fundamento ideológico. Sem esse fundamento, muitas vezes usado de modo inconsciente, o jornalista não teria ponto de partida em sua tarefa de produção de uma argumentação sólida e ponderada.

Será também este fundamento que, concretamente, fará o leitor ser cada vez mais um leitor fiel do profissional dos textos. Portanto, os jornalistas que se utilizam de argumentos e versam opiniões nas áreas diversas do conhecimento são essenciais à sociedade e ao jornalismo.

Conseqüentemente, o jornalista se utilizará da argumentação, persuadindo o leitor paulatinamente da concepção de seu julgamento. Por fim, o jornalista opinativo deverá estabelecer no leitor uma semente reflexão que deverá redundar numa auto-análise no que diz respeito ao cidadão, seus direitos e deveres, bem como as decorrências e efeitos da

liberdade de opiniões, a fim de adotar mesmo tempo um caráter ético e marcadamente de interesse público.

Assim, ter competência, não só para a observação, mas para a tradução da atualidade da realidade sócio-econômica-cultural do povo, é que faz do jornalista que emite opinião um profissional indispensável à sociedade para a qual se dirige.

Há, por conseguinte, que se expandir o espaço para debates sobre política, economia, sociedade e relações humanas não só nas páginas de jornal e revistas, mas em todo o ambiente social, por todo o país. Praticada dentro destes termos, mesmo que não de forma completa, a opinião jornalística estará cumprindo uma dupla missão: transmitir de modo claro, sem suplantando a coerência, o conhecimento de diversas áreas sobre as relações em sociedade, bem como contribuir para aquilatar e engrandecer o debate sobre as grandes questões nacionais, que, em geral, debatidas, pouco avançam por conta da deficiência da maior parte da sociedade sobre a compreensão de si mesma.

Percebe-se, assim da mídia o poder que os meios de comunicação exercem no cotidiano. E que se torna apropriada na medida em que essa habilidade de influência ocasiona implicações importantes para a sociedade, principalmente se tais assuntos afetarem abertamente o dia-a-dia das pessoas, como é o caso da política.

As diferenças entre as categorias de jornalismo opinativo e informativo se fundamentam a partir da necessidade de distinguir textos com o objetivo de noticiar fatos daqueles textos que têm o propósito explícito de interpretar esses fatos. Para melhor observar estas diferenças, o que importa é o sentido que a empresa jornalística dá à relação entre os textos dispostos pelas duas categorias, salvaguardando a licitude do jornalismo em ambas as possibilidades essenciais: reprodução de fatos e a publicação de opiniões.

2.2- O JORNALISMO E AS DITADURAS BRASILEIRAS - O ESTADO NOVO

No término do século XIX e princípio do século XX, conduzidas por anarquistas italianos, nasceu a imprensa unida ao operariado, aos então recentes problemas da urbanização crescente e, principalmente, atrelada à militância política. O jornalismo começou a ter importância como fator de organização política. Esta experiência teve fim com o advento do Estado Novo.

No princípio do governo de Getúlio Vargas (1937-1945), a imprensa, de modo universal, esteve sempre sob a vigilância da censura. A constituição de novembro de 1937 especificava sua inquietação em "assegurar à nação sua unidade e as condições necessárias à sua segurança, ao seu bem-estar e a sua prosperidade" e, no Artigo 122, restringia a liberdade de informação. Para isto, utilizou-se do Departamento Oficial de Propaganda (DOP), criado por Vargas em 1931, o qual foi substituído pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) que expandia os poderes do anterior. Órgãos de imprensa não inscritos no DIP não tinham autorização para circular (FARIA, p.49).

O DIP, que tinha como incumbência disseminar o caráter ideológico do Estado Novo e assegurar o culto à figura de Vargas junto às classes pobres. Se utilizava da propaganda, da argumentação doutrinadora e da educação como instrumentos de adaptação do homem à nova realidade social. Era esse o papel do DIP, destinado não só a instruir, mas a controlar as manifestações do pensamento no país. O Departamento concentrava e classificava a comunicação social do Estado Novo. O seu aparecimento coincidiu com o começo da imposição de um modelo autoritário e centralizador de governo. A obtenção da concordância geral em torno do novo regime implicou a necessidade da coerção e imposição ideológica.

Assim sendo, muitos jornais e revistas desta época tiveram suas publicações proibidas pela cassação da licença de importação de papel. O poder do DIP sobre os meios de comunicação tinha como objetivo afiançar a padronização da comunicação, bem como suprimir a contra propaganda. Nas redações dos jornais, a vigilância e a presença dos censores foi uma constante realidade durante muito tempo.

A finalidade do DIP era enaltecer os feitos do governo Vargas e reforçar o discurso populista que jurava ser o Brasil um Estado homogêneo, em que não havia diferentes classes sociais, o operário era igual ao patrão. Isso transformava a figura de Vargas em pai do povo brasileiro, onipresente e amável, que dava aos pobres (trabalhadores), inábeis a primeira grande lei trabalhista do País, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

O Estado, através do DIP, utilizando-se da manipulação da informação arquitetou um sistema de valores que deveriam ser absorvidos pela sociedade. (FARIA, 1986 p.51). O DIP tentou impor um modo de ser, um padrão de comportamento público e privado na população, no qual se enfatizava o produtivismo como um dos valores fundamentais a serem incorporados. Assim, os meios de comunicação ufanavam a dignidade do trabalho como fator da ascensão moral e humana.

O Departamento de Imprensa e Propaganda agia com o intuito de difundir o regime para toda a população através da exposição das propostas e exercícios positivos do chefe de Estado e dos demais elementos do governo. A imprensa e o rádio foram os meios mais utilizados nesse projeto, por suas características de grande penetração, alcance público e pelo carisma retórico de Getúlio Vargas.

Para conseguir uma melhor exposição da doutrina populista, principalmente através do rádio, Vargas aumentou o número de estações e instalou no interior do país receptores

com alto falantes em vias públicas e praças. E, até o término do Estado Novo, em 1945, estavam funcionando 112 estações.

E assim, o povo passou a idolatrar a figura de Getúlio, da mesma forma que os italianos e alemães veneravam as figuras de seus respectivos líderes, Mussolini e Hitler. É digno de nota que como o Brasil era constituído, em sua maioria, por analfabetos, o rádio era, portanto, a mídia com maior e mais rápida penetração, seguido pelo cinema e, por último, pelo jornal. Neste tempo, a oratória de um político era um importantíssimo aliado na manutenção de seu poder.

E, para manter esta docilidade popular, o DIP se utilizou largamente da censura. A censura estava presente em todos os veículos de comunicação, padronizando pensamentos e comportamentos até a Constituição de 1946, que garantia e especificava a liberdade de imprensa.

2.2.1 O JORNALISMO E AS DITADURAS BRASILEIRAS - A DITADURA MILITAR

Era a madrugada 31 de março de 1964. Tropas militares se movimentavam nas ruas de Minas Gerais contra o governo do então presidente João Goulart, Jango, como era chamado. Ele discursava a favor das reformas tributária e agropecuária, o que fazia a direita brasileira se atemorizar pelo comunismo. A esquerda nada fez contra as tropas militares, confiando numa ação por parte do presidente, o que não ocorreu.

Assim, em 1º de abril de 1964, efetiva-se o golpe militar e queda de Jango. Era o início de uma ditadura que permaneceria por 20 anos, mergulhando o Brasil num período de lutas armadas, guerrilhas, prisões, torturas e muitas mortes.

Posteriormente, como não foi suficiente controlar a educação, o Congresso Nacional foi desfeito e decretado o Ato Institucional nº 5, o AI-5. Chegava-se, desse modo, ao extremo da censura a jornais, TVs, teatros e músicas. Os jornais eram obrigados a ter militares de plantão nas redações e só eram liberados para a gráfica os textos previamente lidos por estes militares. Todas as atividades culturais também só podiam ser apresentadas depois de serem aprovadas previamente pelos censores.

Depois da renúncia de Jânio Quadros, quando começou a crescer o movimento pela legalidade e posse do vice João Goulart, os ministros militares decidiram-se pelo controle do processo informativo, logo O Diário de Notícias (Rio), de 30 de agosto de 1961, saiu com amplas manchas brancas em sua primeira página. Foi a primeira censura militar dos tempos modernos.

A segunda tentativa de controle da imprensa deu-se no dia 31 de março de 1964, desta vez por parte de partidários de Jango, quando o então Contel (Conselho Nacional de Telecomunicações) ordenou que as emissoras de rádio colocassem no ar notícias "alarmistas".

A imprensa passava, assim, de sua função informativa para assumir-se como protagonista dos fatos. Em pouco tempo, o periódico *Correio da Manhã* converteu-se num dos únicos opositores do que então se chamou de "revolução". O resto dos grandes jornais do Rio e de São Paulo deram apoio e aderiram totalmente ao novo governo.

As punições impostas ao jornalista Hermano Alves, diretor do *Correio da Manhã*, ocorreram no período da ditadura envergonhada convertida em ditadura escancarada, muito antes do AI-5 (GASPARI, 2003,p. 164). Tudo era noticiado, nada foi censurado, mas o “garrote” foi se apertando aos poucos. Houve uma certa oposição tanto de jornalistas

(muitos) como de empresários (raros), mas o país já estava imerso numa das noites mais longas e tristes de sua história.

No entanto, é preciso que se lembre que houve reação à censura em 1968-69 (MOLICA,2005, p.10) que foi neutralizada pela ampla adesão da grande imprensa à autocensura, explicada, em parte, pela influência que Antonio Delfim Netto tinha sobre as empresas jornalísticas.

Dos principais acontecimentos da imprensa brasileira “vigiada”, talvez os mais importantes tenham sido as revistas semanais e a imprensa nanica. Em setembro de 68, a Editora Abril passava a editar a revista *Veja*, dirigida por Mino Carta. Três meses depois o governo decretava o AI-5 que estabelecia todos os instrumentos possíveis de controle da informação.

A fronteira entre o proibido e o permitido é muito tênue, o que obrigava os editores a muitas viagens a Brasília na tentativa de persuadir os censores da inocência das matérias que, se vetadas, poderiam impedir toda uma tiragem de ser impressa. A revista *Veja* foi censurada e apreendida várias vezes, assim como *Visão*, *Realidade e Senhor*, bem como qualquer publicação que desrespeitasse as proibições da censura.

Em 69 passou a existir a imprensa alternativa ou como foi batizada: imprensa nanica. Eram jornais de pequena tiragem, que tinham um cunho altamente crítico, em geral, sua retórica abarcava argumentos quase irrefutáveis contra a ditadura, as torturas e os homicídios nas dependências dos órgãos governamentais.

Do mesmo modo que no século XIX jornais eram difundidos para sustentar as lutas pela independência, pela abolição e pela república, no decorrer da ditadura militar surgiram vários tablóides, à frente o *Pasquim*, que tinham como objetivo o combate à ditadura militar.

Estes tablóides foram ferramentas importantes de resistência à ditadura, usando como arma fundamental o humor. Henfil, Millôr Fernandes, Tarso de Castro, Jaguar, Sérgio Cabral, Flávio Rangel, Ziraldo, Luís Carlos Maciel e Paulo Francis fizeram pela volta do Estado de Direito e pela democracia, o que nenhum grupo armado de resistência conseguiu: a desmoralização e a devassidão inexorável do autoritarismo e das figuras públicas responsáveis pelo governo dos militares.

Os jornais *Opinião* e *O Movimento* foram tablóides que duraram muito pouco, mas tiveram importância fundamental por publicarem artigos e críticas em que teciam juízos contundentes contra o regime.

O término do regime militar viu nascer uma imprensa que se especializara na metáfora, na ação de informar usando os mais distintos ardis para enganar a censura federal. Aliás, tal manobra era também largamente usada nas letras das músicas, que constantemente eram censuradas. Chico Buarque de Hollanda, um dos principais “censurados”, chamava esta técnica de “linguagem de fresta”.

Não era fácil de um dia para o outro gozar de liberdade de expressão e, ao mesmo tempo, ter que harmonizar os interesses de uma empresa com fins lucrativos e os objetivos de um serviço público, cuja obrigação era, e é informar com isenção.

2.3-CLASSIFICAÇÃO DOS GÊNEROS JORNALÍSTICOS

As classificações de tipologia textual de jornais estão ligadas à vida social e cultural de cada país. Por conta disso, o jornalista José Marques de Melo (2003, p. 43) fez apurada análise dos gêneros jornalísticos de outros países (gêneros europeus, hispano-americanos e norte-americanos) para estabelecer uma classificação nacional.

A classificação por ele proposta satisfaz a dois critérios: o primeiro, reunindo os gêneros em conjuntos que obedecem à intencionalidade dos relatos por meio de que se configuram. O segundo critério agrupa os gêneros a partir do arcabouço dos relatos observados nos procedimentos jornalísticos.

O primeiro critério é constituído de duas categorias: a representação do real, ou seja, a descrição prática dos fatos sem que a opinião do jornalista apareça no corpo da notícia (jornalismo informativo) e a leitura do real, que, segundo Melo é “a análise da realidade e a sua avaliação dentro dos padrões jornalísticos, ou em outras palavras, a versão dos fatos”.(p.26)

Segundo esses critérios, o jornalista (MARQUES, 2003, p. 25) indica esta categorização: gêneros informativos (notícia, nota, reportagem e entrevista) e os gêneros opinativos (editorial, comentário, artigo, crônica, resenha, coluna, carta e caricatura).

Tem-se assim, como finalidade, o que é objetivo, uma análise lógica, coerente e racional dos fatos; uma informação que, obrigatoriamente, é atual. Segundo Marques, a distinção entre a nota, a notícia e a reportagem está na progressão dos acontecimentos, sua captação e interpretação pela instituição jornalística. Segundo este critério, a nota é a exposição de episódios que estão em andamento e por isso é mais habitualmente utilizada no rádio e na televisão, uma vez que esta mídia é mais dinâmica. A notícia é o relato completo de um fato que já aconteceu. Por sua vez, a reportagem é a configuração desenvolvida de um acontecimento que já repercutiu e produziu alterações no cotidiano. Já a entrevista é uma narração que estabelece contato com um ou mais protagonistas do acontecer, permitindo-lhes relação direta com a coletividade.

Os gêneros opinativos além de trabalhar com dados e fatos oferecem também a opinião do jornalista e a sua posição em relação aos fatos, tentando convencer o leitor de que esse é o julgamento mais adequado ou correto.

2.3.1 CLASSIFICAÇÃO DOS GÊNEROS OPINATIVOS _O ARTIGO _

Segundo Melo, os gêneros opinativos, no jornalismo brasileiro, podem ser assim divididos: Editorial, Comentário, Artigo, Resenha, Coluna, Crônica, Caricatura e Carta. No entanto, por conta da natureza do corpus ora analisado este trabalho se centrará na categoria “Artigo”.

Os gêneros opinativos são constituídos das manifestações da “dimensão de profundidade” jornalística. O artigo, a crônica e o editorial são mais complexos no que diz respeito aos fatos de maior repercussão no momento. No jornalismo diário, a opinião refere-se a um fato do dia. O artigo contém comentários ou teses fundados em visão mais abrangente e especialmente pessoal.

O artigo e a crônica são produzidos por colaboradores do jornal ou revista, que são pensadores, escritores e especialistas em diversos campos, e cujos pontos de vista interessam ao editor e seu público. Portanto, na maioria dos casos, o ponto de vista dos articulistas coincide com a linha editorial do veículo, embora este sempre traga estampada a ressalva típica: Os artigos publicados com assinatura dos autores não traduzem necessariamente a opinião do jornal.

Portanto, há uma diferença entre o editorial e o artigo e a crônica: os dois últimos “escapam aos limites restritos do editor, dos princípios gerais e das teses orgânicas da

empresa, dos compromissos e diretrizes que esta mantém e busca traçar para o comportamento público”. (MARQUES DE MELO 2003 p. 122).

Melo concebe o artigo, como um gênero jornalístico em que uma matéria escrita por jornalistas ou por colaboradores desenvolve uma idéia e apresenta uma opinião. Duas espécies de artigos são caracterizadas: o artigo e o ensaio. Eles se distinguem pela forma como o tema é discorrido – o ensaio apresenta conceitos e apreciações mais categóricas, enquanto o artigo tem como ponto basilar o próprio conhecimento do articulista; já o ensaio tem como base as fontes que autenticam sua credibilidade documental. Quanto à finalidade, Melo esquematiza o artigo em duas categorias: o doutrinário – que tem como escopo um tema atual. E o científico, que tem como objetivo tornar público novos conhecimentos. O artigo, por ser em boa parte das vezes escrito por colaboradores, não tem uma estrutura padrão, como acontece com o restante dos textos jornalísticos. Isso permite com que o artigo seja elaborado sem restrições quanto ao assunto a que se dispõe a ponderar.

Na definição de Melo, (2003 p. 122) artigo é a matéria jornalística onde alguém (jornalista ou não) desenvolve uma idéia e apresenta sua opinião. Ou na acepção do jornalista Martin Vivaldi:

Escrito de conteúdo amplo e variado, de forma diversa, na qual se interpreta, julga ou explica um fato ou uma idéia atual, de especial transcendência, segundo a conveniência do articulista (MARQUES DE MELO 2003 p. 56).

Nessa consideração, dois elementos são característicos do artigo jornalístico:

- 1) Atualidade - O articulista tem liberdade de conteúdo e de forma, mas ele deve tratar de fato ou idéia da atualidade, coadunando-se com o espírito do jornal.
- 2) Opinião – A significação maior do gênero está contida no ponto de vista que alguém expõe. E essa avaliação não pode estar oculta, eventualmente dissimulada na argumentação, mas deve apresentar-se claramente, explicitamente.

Assim sendo, em ação antagônica aos outros gêneros jornalísticos, em que se deve ser o mais isento possível, no jornalismo opinativo o redator tem a autonomia e o dever de opinar sobre o que escreve.

Escrever de forma isenta e produzir textos jornalísticos que proporcionem ao leitor sua própria interpretação guardam algumas similaridades com o ato de produzir jornalismo opinativo, embora este apresente peculiaridades que o distinguem dos demais.

A principal característica que se faz notar neste gênero jornalístico é a total subjetividade e liberdade argumentativa que os profissionais têm para preparar esse tipo de texto. Assim, o artigo, no plano da linguagem, exprime um estilo de texto organizado em esquemas argumentativos, adequados para a estruturação de comentários. Aí se define a opinião como ajuizamento, atribuição de valor a alguma coisa, pressuposto, ponto de vista, modo de ver, de deliberar, de pensar.

Para Guillermina Baena Paz:

A maioria dos leitores são incapazes, por si só, de formar um juízo diante de determinados acontecimentos. É este juízo que o texto opinativo tem o dever de dá. Enfim, é o gênero que reflete a política do jornal.(BAENA PAZ, 1999, p. 89).

Melo, por sua vez, apresenta o termo artigo como uma função psicológica do jornalismo opinativo pela qual o ser humano, informado de idéias, fatos ou situações conflitantes, exprime a respeito seu juízo.

Num todo, o jornalismo opinativo pode ser considerado como uma orientação do leitor para nortear suas reflexões sobre a atualidade. Esse tipo de texto também serve para guiar o leitor sobre como se posiciona determinado veículo em relação aos temas relevantes noticiados em suas páginas internas. Os textos opinativos, por serem muito subjetivos,

inserem o leitor num colóquio com o veículo, onde o primeiro toma ciência das argumentações do veículo para só então emitir seu juízo, podendo a idéia apresentada pelo articulista ser assimilada ou rejeitada, mas sempre empregada como ponto de reflexão e de leitura do cotidiano.

Assim sendo o articulista seria responsável pela análise conjetural da atualidade tendo para isso total autonomia e discernimento para definir o que é e o que não é relevante para seu leitor, e este, por sua vez, estabelece um contrato com o veículo e acredita que este lhe ofereça uma acepção do fato através de seus artigos.

Ao elaborar uma apreciação sobre algum assunto, o jornalista estará na verdade manuseando a informação com a concessão do leitor. Este manusear deve ser entendido como uma maneira de dispor a notícia para que o leitor tenha a seu dispor uma fonte segura e organizada seguindo critérios éticos e de interesse social, pilares nos quais se abaliza a obra jornalística.

O manusear da informação no sentido da produção do jornalismo opinativo acontece em três momentos distintos:

Em primeiro lugar, o jornalista que tem a pretensão de escrever um texto opinativo deve ter domínio sobre o teor da informação, ter todo um arcabouço que o capacite e lhe possibilite ponderar sobre ela, dessa maneira estará apto a escrever sobre os fatos e ainda proceder julgamento sobre as possíveis implicações da informação.

Segundo, o articulista deverá conduzir a informação ao público somente quando for apropriado e admissível, sempre ressaltando as regras e práticas éticas que orientam a produção jornalística, Observe-se que ao articulista não é dada liberdade total; a obrigação com a exatidão, a ética jornalística deverão sempre guiar seu trabalho.

O jornalista que tem sob sua delegação a produção de textos opinativos, habitualmente possui maior disponibilidade de tempo para poder elaborar seu trabalho. A elaboração de textos opinativos para jornais exige uma grande capacidade argumentativa e reflexiva por parte do articulista. Especialmente porque após sua divulgação, servirá de embasamento para reflexões por parte de todos os leitores que assimilarem esse tipo de produto.

Ao contrário dos repórteres, os articulistas nunca poderão se dissimular sob o argumento da objetividade e da isenção; sua concepção é totalmente subjetiva e parcial. Por isso é que habitualmente são indicados para esta colocação profissionais com larga experiência jornalística.

É por isso que o artigo é, para (MELO, 2003, p. 101), um gênero jornalístico que visa à democratização da opinião, tornando-a não um privilégio da instituição e de seus profissionais. É claro que esta democratização constitui uma decorrência do espírito de cada veículo para abrir-se à sociedade e instituir o debate permanente dos problemas nacionais.

O jornal é, assim, mais do que um simples transmissor e crítico de enunciados, uma vez que ele produz seus próprios enunciados. Entretanto, ao explicar, esboça a sua própria fala, fato que se acentua no jornalismo opinativo. Pode-se dizer que os enunciados do jornal são justapostos por outros enunciados de diferentes fontes, produzindo assim um enunciado novo e com marcas bastante claras de quem as produziu, mais notadamente quando da argumentação.

A enunciação do articulista, tendo integrado na seu texto suas opiniões e proposições, elabora específicas regras sintáticas, estilísticas e composicionais, o que por si só já é característica de um texto que exige autonomia, conhecimento e particular

habilidade de escrever. Conseqüentemente, como produto de comunicação, manipulador de intenções, um produto jornalístico tende a adequar e ampliar afinidades entre os emissores do discurso e os receptores do discurso em sua interpretação dos fatos, empregando expedientes da estilística em um trabalho de artesanato estético das palavras, visando uma melhor compreensão do leitor, colaborando para a constituição de uma opinião pública.

2.3 O ARTIGO E A CRÔNICA POLÍTICA NOS DIÁRIOS

Os artigos englobam uma série de manifestações que têm cada vez mais espaço nos principais jornais brasileiros, mas que nem sempre seguem metodologias que se poderiam chamar de jornalísticas, principalmente porque os articulistas podem ser peritos nos mais variados assuntos, mas, necessariamente, não precisam ser jornalistas. O estilo sóbrio e quase sempre impessoal geralmente defende uma idéia, através de argumentos fatíveis, capazes de convencer habilmente a audiência.

Do mesmo modo, é preciso que se ressalte a importância social dos articulistas bem como a capacidade do jornal para abrigar pessoas com as mais variadas idéias, o que faz com que os veículos adquiram mais credibilidade e boa imagem junto aos leitores – tanto que é comum, em muitas campanhas publicitárias desses jornais, o discurso da garantia de pluralidade como basal para que o leitor possa posicionar-se criticamente diante da sociedade.

A capacidade de trazer para si articulistas conhecidos nacionalmente atesta o prestígio de determinadas publicações, ao mesmo tempo em que, para muitos, ser publicado pelo jornal A ou B é garantia de maior consideração profissional. O contrato entre ambos e o leitor, no entanto, é firmado sob a égide do que deve acompanhar todo veículo jornalístico: credibilidade.

Ao contrário dos cronistas políticos, os bons articulistas buscam transmitir para o leitor informações que sustentam a sua posição, evitando que elas sejam interpretadas com uma visão maniqueísta ou reducionista da realidade circundante.

Assim, a estrutura geral desse modelo de texto visa garantir a realização da responsabilidade social do jornalismo que deve contribuir para o desenvolvimento cada vez mais acentuado da cidadania, na medida em que consiga re-contextualizar os acontecimentos. Abordando-os de tal modo que o público seja capaz de compreendê-los em sua essência e, portanto, de posicionar-se diante do mesmo, tomando ações, quando preciso, que sejam essenciais para a sustentação do regime democrático.

Assim, fica claro que trabalhar com a linguagem representa sempre um mecanismo de construção e de representação de um modelo social. E mais: os modos como se articulam, os recursos argumentativos empregados fazem com que se possa afirmar que os artigos ajudam a robustecer o poder dos veículos jornalísticos e, portanto, também colaboram para a construção de uma sociedade mais justa, mais atuante e mais plural.

Tanto é assim que o jornalismo, nas suas muitas configurações, apresenta-se intensamente ligado aos mais variados temas, como a políticas, a cultura e economia, por exemplo. Portanto, tenha um caráter mais informativo ou mais opinativo, o jornalismo não pode ser jamais uma atividade estanque aos fatos sociais. Aliás, numa sociedade de classes está o jornalismo, de um modo mais ou menos inteligível, fixado a alguma classe social cujos interesses procura exprimir e defender.

A objetividade absoluta, tão exaltada como a máxima virtude em determinados manuais de jornalismo, é um mito. Sendo o jornalismo um espelho da vida, não há neutralidade possível ante os fatos da vida, o seu fluir, a sua essência fundamental: a que diz respeito aos fins do jornalismo. Talvez por ser a mais nova das ciências sociais, o

jornalismo ainda sabe muito pouco de si mesmo. Os preceitos para uma Teoria Geral do Jornalismo estão ainda por ser formulados. Assim, obviamente, ele terá de ser diferente no Uruguai do que é na Suécia ou no Japão. Mas, como já foi alegado anteriormente, não é apenas a realidade circundante que caracteriza os vários tipos de jornalismo existentes.

No entanto, é preciso que se fundamente que, independentemente da técnica, ou do gênero, uma definição prévia fica cada vez mais clara: não há jornalismo imparcial ou indiferente. A própria escolha profissional gera uma obrigação perante a sociedade. Sem este compromisso o objetivo e a essência do jornalismo não existiriam.

Assim, o jornalismo de opinião, como um todo, instaura, pela sua função social, uma exigência própria de informação, bem como uma aceção inalterável de responsabilidade, de forma que jornalistas de formação ideológica díspares podem e devem dialogar, com proficuidade, constituindo laços de profissionalismo.

Portanto, espera-se de um articulista, por trabalhar com a informação, que tenha o conhecimento de como transmiti-la, com a habilidade que requer a experiência do ofício, de modo a estabelecer o debate sobre quaisquer assuntos. Depois, espera-se que este profissional se utilize coerentemente dessa concepção na apreciação dos fenômenos políticos e sócio-econômicos, elucidando questões que demandem do leitor mais do que simples informações.

Finalmente, atrelar essas habilidades a uma ponderação tão importante quanto as outras duas: assumir atitude ao mesmo tempo ética e delimitada no interesse público a fim de ter, portanto, a competência para observação, ponderar e traduzir esse conhecimento da realidade sócio-econômica e político-cultural da população, fazendo do jornalista que emite opinião um profissional indispensável à sociedade para a qual dirige suas análises e interpretações.

Por conseguinte, se o jornalismo pode exercer determinado poder simbólico, o artigo e o editorial, como gêneros opinativos, sintetizam tanto perspectivas gerais como posicionamentos específicos sobre assuntos cotidianos e podem, dessa forma, proporcionar visões de mundo que influenciam editores e jornalistas e os levam a produzir opiniões nos textos que produzem.

Enfim, não se pode, segundo as teorias modernas da notícia, afiançar que uma pauta seja organizada de maneira consciente e propositadamente a fim de se obter determinada repercussão. A preferência por certas matérias jornalísticas pode decorrer de um certo automatismo implícito no conceito de notícia (e do que é mais importante para o público) posto em prática comumente por um corpo editorial.

Igualmente, a divulgação de determinados fatos pode ser atribuída à dimensão do interesse do público e admitir tais preceitos não significa aceitar que as notícias sejam menos verossímeis, mas que os jornalistas passam a ter uma responsabilidade acentuada ao adaptar, ainda que às vezes inconscientemente, os elementos com os quais os fatos serão transformados em notícia.

O padrão da notícia como construção social se fundamenta nas relações sociais e no seu respectivo interacionismo simbólico. Dessa forma, as notícias são o resultado de métodos intrincados de interação social entre agentes sociais: os jornalistas e as fontes de informação; os jornalistas e a sociedade; os elementos da comunidade profissional, dentro e fora da organização.

No entanto, isso não significa que os jornalistas e seus editores desempenhem ingenuamente determinados modelos de jornalismo como forma de produção de sentidos específicos.

Estes são, inegavelmente parciais. São produtos não de uma deliberação da redação de um jornal, mas são, isso sim, a consequência de um processo, hoje compreendido como rotina industrial de produção da notícia, marcada por seus próprios conceitos, visando a importância da notícia.

O discurso jornalístico informativo ou opinativo revela, assim, a visão de mundo, a realidade e a formação discursiva do autor da enunciação. O que motiva a manifestação deste discurso deve estar presente ao nível do texto. E para ser compreendido em seus mais complexos meandros precisa ser apreendido além de sua superfície e que todos os seus dados encontrem-se absolutamente coerentes e estruturados para que haja a produção do sentido almejado.

Além disto, o jornalismo enquanto agente determinante de idéias atua de maneira intrincada e consecutiva, no contexto das relações diárias entre o leitor e a empresa jornalística que, não obstante, pertencem ao campo simbólico da comunicação como negócio, indústria e instrumento de persuasão.

No próximo capítulo, verificar-se-á, por meio de exercício analítico, a aplicabilidade das teorias vinculadas à retórica e à argumentação bem como dos recursos lingüístico-discursivos presentes no texto selecionado como *corpus* desta dissertação.

CAPÍTULO III

RETÓRICA, ARGUMENTAÇÃO E MENSAGEM JORNALÍSTICA DO *CORPUS*:

ANÁLISE

3.1 – CONSIDERAÇÕES GERAIS

Diante de um texto, deve-se fazer uma série de perguntas, que pode ser chamada de lugares da interpretação. Algumas dessas perguntas falam ao orador; outras ao auditório; outras, enfim, ao discurso, no sentido técnico que a retórica atribuía a esses termos.

Observe-se: Quem? Quando? Contra o quê? Por quê? E como?

Antes, é preciso que se lembre que qualquer leitura por si só já é retórica, dada a atitude de quem lê em relação ao assunto lido. O escopo da retórica, no entanto, não é estabelecer se um determinado texto tem razão ou não tem razão. Apesar disso, não tem que ser essencialmente neutro, uma vez que não hesita em perpetrar juízos de valor, em mostrar que tal argumento é ou não é conveniente, que tal conclusão é ou não legítima.

Assim, a leitura retórica é, antes de qualquer coisa, uma conversação. Por isso, a primeira dúvida ao se ler um texto retórico é: Quem fala?

A leitura retórica deve responder perguntas, visando que o texto deva ter autonomia e que deva ser entendido por si mesmo em suas mais profundas acepções. E, ainda que seja proveitoso conhecer os princípios do autor para alcançar seu pensamento, é inútil tentar perceber cada uma de suas afirmativas. Quanto mais se puder apreender o autor e o texto em si mesmo, melhor.

Uma outra interrogação fundamental para uma efetiva leitura persuasiva é: Contra quem? Isso porque é incomum que um texto persuasivo não seja dissuasivo, que não ataque, mesmo que seja de maneira tácita, um conceito, um princípio ou mesmo alguém.

Contra Quem, logo por quê? já que o texto retórico pode, muitas vezes, ter um objetivo imediato e um outro objetivo mais remoto, talvez o mais importante.

Finalmente, como o autor se faz revelar? Este, aliás, é o problema basilar da enunciação. Quando o autor de “Hora de cobrar 10 bilhões” assegura, entre outras coisas, que num futuro próximo quase todos os brasileiros terão de enfrentar tal problema, não apenas o “eu” físico do autor se manifesta, mas, e antes, o “eu” universal está ali manifestado, representando cada leitor, que poderia servir de modelo adequado; e assim o autor instaura um “eu” intermediário entre o pessoal e o universal, aflorando a questão cuja solução é urgente.

Assim, esta inserção do “eu” em outros tantos “eus” é que faz com que, não apenas haja um “contrato” firmado entre emissor e destinatário, mas também dá ao texto um caráter de sedução que é essencial na estrutura de um texto persuasivo. Algumas considerações sobre este “contrato” entre elocutor e elocutário:

- Uma das principais regras da retórica é levar em conta *a quem* se está falando? Quem é o auditório? E, ao auditório pode ser conferida esta importância para a persuasão por diversos fatores, tais como o tamanho, características psicológicas, competência e pela ideologia. Isso porque é impossível uma relação orador-auditório se não houver entre ambos uma espécie de acordo prévio. Para Olivier Reboul, (1996, p.142): De fato, não há nem mesmo diálogo sem um entrosamento mínimo entre os interlocutores. Mesmo o desacordo só é possível num âmbito de um acordo comum.

3.2-ANALISE DOS ELEMENTOS DE ACORDO PRÉVIO

Não pode existir forma possível de argumentação sem algum contrato anterior entre o enunciador e o enunciatário. Ou seja, eles têm que ter algum ponto comum em alguma parte do discurso, ainda que seja no mínimo a proposição do problema. Quais são estas premissas comuns explícitas e implícitas neste acordo?

Segundo Olivier Reboul,(1998, p.143) a primeira premissa, os *Fatos*, que, por si só, já são argumentos. Por exemplo, um articulista que quer mostrar o caráter “antidemocrático” de um sistema de ensino cita uma estatística: 25% dos jovens franceses concluem o curso secundário, contra 75 % de norte-americanos(Le Monde 4 de Janeiro de 1985), no entanto, fica a indagação: o que realmente é fato? Uma possível resposta seria: Uma verificação que todos podem fazer, percebendo-a como real. Embora mesmo o fato possa ser contestado.

Já a segunda premissa - as *presunções* - constituem o que se pode chamar de verossímil, uma vez que é aceito por todos, até que se prove em contrário. Ou seja, o verossímil é a confiança presumida.

Os valores estão na base e no termo da argumentação. É correto que há alguns valores universais. Todas as sociedades admitem o justo e o belo, mas com um teor bem diferente entre elas. Assim, tal qual os fatos, os valores são também presumidos; todos admitem sem provas que, hoje em dia, o desemprego é uma catástrofe, e a quem sustentasse um valor diverso deste, caberia o ônus de provar o porquê.

Ainda nos elementos de acordo prévio consta “O lugar do preferível, figuras e sofismas”, itens que não serão abordados no momento “figuras e sofismas” em relação a este corpus, uma vez que parecem distantes dos propósitos desta análise.

Quanto ao lugar do preferível, diz respeito a como justificar as escolhas para esta ou aquela argumentação. Ao se pensar em valores mais abstratos, vê-se que os textos argumentativos têm domínio sobre certos lugares do preferível e esses lugares expressam o consenso para o estabelecimento do valor de uma coisa.

O “lugar do preferível” tem três divisões e a que interessa ao corpus é chamada “Lugares da Quantidade”, que determina o que é preferível, ou seja, o bem maior, ou ainda o que proporciona o mal menor.

Assim, quais as premissas iniciais deste *corpus*? *Fatos*: Milhões e Milhões de pessoas terão seu futuro em risco, se nenhuma mudança for feita na previdência. Algumas classes trabalhadoras podem se aposentar mais cedo que outras. Algumas categorias podem se aposentar com muito mais benefícios que outras. Em algumas categorias o aposentado ganha tanto quanto ou mais que um trabalhador da ativa. Alguns trabalhadores sonegam o imposto devido à previdência. Estes problemas existem de fato na sociedade brasileira e, como tal, foram expostos, seguindo-se uma possível resolução, na opinião do autor.

Quanto aos “valores” note-se que, segundo critérios de valor, não se pode admitir que alguns sejam privilegiados e outros não; que alguns possam se aposentar aos 50 anos, enquanto outros trabalham pela sobrevivência até a morte, paradoxalmente. Nenhum senso de valor apoiará que uns passem a vida pagando e outros tantos sonegando um imposto previsto em lei. Dessa maneira observa-se que o *corpus* que se propõe estudar aqui abarca os principais elementos de acordo prévio:” Os Fatos, Lugares do preferível e os Valores”.

3.3 – ANALISE DO TEXTO

Observe-se o 1º parágrafo do *corpus*:

A reforma da previdência é a maior que temos pela frente. Mexe com os interesses de toda a população. O destino de 80 milhões de pessoas está em jogo. O problema, entretanto, apesar da dificuldade, permite uma visão científica que pode levá-lo a bons resultados.

Segundo Álvares da Silva, a reforma da previdência figura como um desafio que mexerá com o destino de milhões de brasileiros. Ao usar a expressão: “O destino de 80 milhões de pessoas está em jogo”, o autor traz à tona o princípio de Perelman, que aponta a argumentação buscando a adesão.(1996, p.251)

Quando o autor diz que o problema “*permite uma visão científica*”, revela basear-se em estudos centrados na ciência, induzindo o leitor a uma visão de aprofundamento objetivo da questão.

Nota-se aqui a primeira fase do tratado de Aristóteles acerca da retórica, em que o autor elabora e estrutura o texto em função de seu auditório, tentando cativá-lo através de específicos argumentos, bem como a busca clara para uma estrutura argumentativa que seja de importância para o leitor.

A seguir, Alvares da Silva expõe suas idéias obedecendo a quatro princípios fundamentais, como ele próprio afirma. O primeiro princípio, que é o da generalidade, afirma-se na passagem “*Nenhuma classe social deve ser excluída*”- da qual se pode concluir que o autor faz do seu público cúmplice e co-partícipe do problema. Assim, tem-se na primeira apresentação uma correlação com a estrutura primeira do esquema retórico, configurado no primeiro capítulo desta dissertação.

Esta apresentação dos argumentos é chamada por Aristóteles, como já mencionado, de Disposição e, sua primeira parte é classificada pelo estagirita como Exórdio. Esta é a

parte que enceta o discurso e tem a função precípua de tornar os interlocutores atentos, dóceis e participativos. A função do exórdio é tornar o interlocutor receptivo à atuação do emissor, bem como ministrar uma introdução geral ao assunto do discurso, tornando claro o fato e seu propósito.

Observando-se o *exórdio* do *corpus* aqui presente, nota-se que, como parte que dá início ao discurso, este tem a essencial função de tornar o leitor submisso, atento e acolhedor. Quando se fala, neste escrito, que o destino de tanta gente depende da resolução deste problema, é óbvio que a maioria dos leitores lembrarão que um dia todos, ou quase todos, precisarão lidar com os problemas da previdência.

Apreenda-se que, segundo Aristóteles, o exórdio consiste em fazer com que o interlocutor se sinta pessoalmente inserido, imerso no assunto do discurso, o que confere ao emissor a competência para a elaboração de uma exposição clara e precisa. Nesse caso, verifique-se que o autor parece não apenas estar cauto quanto ao problema que afetará boa parte da população, como também defende uma visão que, para ele, apesar do grau do problema, pode ser solucionado.

A segunda parte da disposição dos argumentos é chamada por Aristóteles de Narração (*heurésis*). É aqui que o autor exhibe os fatos alusivos à sua causa e é também aqui que o *logos* deve se sobrepujar ao *ethos* e ao *pathos*, uma vez que é a precisão das idéias o fator principal nesta fase do texto. Para Olivier Reboul, (1998, p.92) o texto eficaz quanto ao seu objetivo deve ser claro, breve e crível. É o que se observará agora em relação ao *corpus*.

Como já se observou, o léxico, plenamente assimilável por parte dos leitores, a organização do texto dispondo as idéias do autor em partes quase didáticas, bem como a cronologia ascendente, permitem a conclusão de que o texto deste *corpus* é bastante claro.

O texto é breve, uma vez que nada do que é argumentado está fora do contexto geral, de forma que cada argumento leva o leitor a ser seduzido pela tese do autor. O artigo estabelece de forma concisa os principais elementos que formam o todo da concepção descrita.

Finalmente, o *corpus* situa os fatos e as causas, mostrando a possível solução e como elas se afinam com a concepção do autor, bem como cuida para que se note que é possível e cabível a consecução da idéia, dividindo seu plano em quatro princípios, explicando cada um deles de forma precisa, intensa e verossímil.

Depois da *Narração*, tem-se a *Confirmação* (táxis), ou seja, é o grupo de provas que deve corroborar a idéia principal do texto. Aqui o pathos é mais explícito do que o ethos e o logos, uma vez que a *Confirmação* deve despertar confiança, piedade, indignação, em suma deve “provocar” o outro. É na *Confirmação*, também, que se apreendem dois grandes tipos de argumentos: o exemplo e o entimema. No caso específico do *corpus* utilizado, o professor se utiliza do entimema como forma de argumentação, valendo-se de silogismos implícitos na trama mais profunda da estrutura textual do artigo.

Quando o autor diz: *Todos são trabalhadores e têm de suportar as restrições e gozar dos benefícios gerais. Motivos da exclusão existem para que todos se considerem especiais.* Pode-se considerar as premissas de que nem todos os trabalhadores gozam dos benefícios gerais das leis de previdência, há os que são *diferentes* e privilegiados e tais exclusões fazem com que algumas classes trabalhadoras se sintam especiais e “melhores” do que outros tantos trabalhadores. E, na opinião do articulista, deve-se por isso, evitar qualquer tipo de exclusão quanto à aplicabilidade da nova lei para a previdência.

Ao aludir à idade mínima para a aposentadoria, afirmando *Não se pode admitir que nenhum trabalhador se aposente jovem, exatamente quando melhor pode contribuir para o*

país... Percebe-se que o autor parte de uma premissa absurdamente presente no Brasil: Algumas categorias profissionais, em especial a dos políticos, têm o sistema de aposentadoria que lhes permite parar de “trabalhar” muito jovens e com muitas outras vantagens que não cabe aqui serem referenciadas. Em especial, o professor cita o caso do serviço público, considerando-o um paradoxo total, já que parte dessa categoria se aposenta *exatamente quando a sociedade mais dele precisa*. Tal entimema, por si, demonstra inequivocamente um dos principais problemas a que o articulista tentará dar solução.

Assim, quando se cita o princípio da paridade: *Em nenhum lugar do mundo, o aposentado ganha o mesmo da ativa. Para obter equiparação tem que fazer seguro* percebe-se que o autor parte da premissa de que certas categorias conseguem se aposentar ganhando o mesmo que ganhariam, se estivessem na ativa. Embora este tipo de silogismo, o entimema, seja utilizado apenas na argumentação cotidiana, é possível perceber as premissas, embora não tenham aqui proposições evidentes.

Observe-se: Premissa Maior: O aposentado ganha menos que o trabalhador ativo em qualquer lugar do mundo.

Premissa Menor: O Brasil é um local do Mundo.

Conclusão: Todos os aposentados brasileiros deveriam ganhar menos que os trabalhadores da ativa. No entanto, é isto que acontece?

Em seguida, o autor se refere à sonegação, deixando implícitas as premissas de que o próprio INSS é ineficiente e lento. Diz ele:

A sonegação deve ser combatida com todas as armas. O próprio Instituto de Seguridade Social seria o responsável pela cobrança, através de procedimento rápido, eficiente e democrático, com direito de defesa, que não é sinônimo de proteção.

As premissas, aqui perceptíveis, fazem o leitor intuir que o Instituto em questão não trabalha como deveria trabalhar, e boa parte do problema poderia ser solucionada se os princípios

aqui defendidos fossem postos em prática e os órgãos públicos fossem mais competentes.

Enfim, um dos melhores argumentos de que se vale o articulista para a elaboração de seu texto: Como um Instituto é credor de 150 bilhões de reais, tem um déficit que é mais ou menos a metade desta quantia e não aciona meios legais para receber este incrível montante? Diz o professor: *O Instituto Nacional do Seguro Social é credor de 150 bilhões de reais junto aos sonegadores. Com esta quantia, cobre-se duas vezes o déficit da previdência social, previsto para 2003.* Com esses argumentos, observa-se a premissa de que o INSS é tão mal gerido que sequer tenta receber o que lhe é devido, mesmo estando com considerável dívida. Verifica-se aqui um dos princípios de Perelman, ou seja, a argumentação pode também ser concretizada sob fatores psicológicos, ideológicos e sociais.

No final do texto argumentativo tem-se a *digressão* e esta tem como papel sublevar o interlocutor, ainda, apiedá-lo ou indigná-lo; pode até servir como prova. Assim, o leitor certamente se sentirá indignado e perplexo quando o texto diz: “Até hoje ninguém falou em acionar a máquina legal do estado para processar os sonegadores e deles receber o que é devido à previdência”.

Deixar de cobrar o que é lhe é devido e sequer tem planos para fazê-lo. Assim, o artigo em seu último momento estabelece que, embora o problema da previdência seja extremo, não há o menor indício de que se queira fazer o mínimo que se espera para resolver a questão.

Pelo esquema situado por Aristóteles, tem-se ainda duas fases do esquema retórico, ou seja: Elocução, (léxis) que é a redação propriamente dita do discurso – parte já explorada. E, por fim, a Ação (hypókrisis). Pronúncia do discurso, onde a atenção é posta na atuação do orador, tom de voz, gestos, postura, de modo a criar uma empatia e receptividade no auditório para as suas teses. No caso do *corpus* aqui apresentado, torna-se óbvia a impossibilidade da explicação desta última fase, uma vez que o texto em pauta é um texto escrito que não tem características de discurso oral.

Então o autor se valerá dos meios de prova como forma de instituir a possível resolução do problema levantado, corroborando a afirmação por ele instaurada no primeiro parágrafo:

Além dos detalhes, que o legislador terá que enfrentar há princípios fundamentais, que precisa seguir. Sem eles, nada será feito. São quatro. O primeiro é a generalidade. Nenhuma classe social deve ser excluída da regra comum: juízes, médicos, pedreiros ou militares. Todos são trabalhadores e têm que suportar as restrições e gozar dos benefícios gerais.

Os argumentos nos quais se apóia são baseados na lógica – o que representa uma solução considerada a mais coerente para um problema que julga grave e premente. Perceba-se, portanto, que cada possível solução é elaborada a partir do uso lógico do raciocínio do autor.

Uma vez que se utiliza da argumentação para conjectura acerca do futuro, explorando premissas verificadas em erros do passado, temos aqui o gênero deliberativo, conforme viu-se anteriormente. Verifique-se agora a seqüência do *corpus* em questão:

Além dos detalhes, que o legislador terá que enfrentar há princípios fundamentais, que precisa seguir. Sem eles, nada será feito. São quatro. O primeiro é a generalidade. Nenhuma classe social deve ser excluída da regra comum: juízes, médicos, pedreiros ou militares. O segundo princípio é idade mínima para a aposentadoria. Não se pode admitir que nenhum trabalhador se aposente jovem, exatamente quando melhor pode contribuir para o país, com a experiência e conhecimento acumulados. No serviço público o paradoxo é total.

Como se pode admitir que um servidor qualificado se aposente com menos de cinquenta anos, exatamente quando a sociedade mais dele precisa?

O terceiro princípio é o da paridade. Em nenhum lugar do mundo, o aposentado ganha o mesmo salário da ativa. Para obter a equiparação e não rebaixar a qualidade de vida, este aposentado deverá fazer seguro. Se é verdade que algumas categorias podem aposentar-se integralmente pelo que recolhem, então que assim seja. O quarto princípio é o da universalidade do recolhimento. Quem participa do fundo comum deve contribuir para mantê-lo. Entre eles, deve incluir-se o aposentado? O legislador deverá responder a esta difícil pergunta. Quem já se aposentou, contribuindo de acordo com a lei, ao longo da vida para tal fim, cumpriu com sua obrigação com o sistema. Poderá agora ser onerado de novo?

Segundo Aristóteles, a eficácia da narração tem necessidade de três qualidades básicas: clareza, brevidade e credibilidade. (Aristóteles,1964,p.30).

O artigo em questão apresenta aspectos de clareza e organização, pelos termos empregados e pela cronologia; é breve por eliminar do texto tudo quanto não seja útil para a informação do conteúdo do discurso; é crível na medida em que os fatos têm suas

respectivas causas, mostrando os fatos se afinando com o caráter do autor, o que coloca o *corpus* deste trabalho no gênero chamado deliberativo.

Os quatro princípios defendidos como a solução para o problema do sistema previdenciário do Brasil, mencionado no *corpus*, são considerados pelo autor de forma clara, sucinta, precisa e estabelecidos nos preceitos gregos *hellenizein*, literalmente, num bom vernáculo. Para a sua formulação muito pesou a constatação de que, nos diferentes planos do cotidiano, são numerosas as situações de comunicação que têm como objetivo conseguir que uma pessoa, um auditório ou um público partilhe uma determinada forma de comportamento ou de alguma opinião.

Dessa forma, no texto, a lógica serve-se de exemplos indutivos à espera da obtenção de uma manifestação indiscutível. Já no processo retórico, a tessitura mais profunda do *corpus* evidencia estas induções, que, embora convincentes, podem ou não ser aceitas pelo leitor. A retórica tem essa “liberdade”, essa flexibilidade para consentir que o indivíduo aceite ou não as premissas de outrem.

Observe-se o último parágrafo do *corpus*:

Finalmente, deve haver a efetividade do recolhimento. A sonegação deve ser combatida com todas as armas. O próprio Instituto Nacional do Seguro social (INSS) seria o responsável pela cobrança, através de procedimento rápido, eficiente e democrático, com direito de defesa, que não é sinônimo de protelação. Depois, apenas um recurso ao judiciário, precedido do depósito da condenação. Mantida esta, uma multa equivalente a um terço ou metade da condenação incidiria automaticamente. O Instituto social do seguro social é credor de R 150 bilhões junto aos sonegadores. Com esta quantia, cobre-se duas vezes o déficit da previdência social, previsto para 2003.

Vê-se aqui a parte claramente mais complexa do *corpus* que é a confirmação, ou seja, uma conjugação de provas, acompanhadas por informações que autenticam a apreciação do emissor. A função de apiedar ou indignar o leitor, principalmente indignar, é plenamente apreciada na leitura dessa parte deste texto.

Pode-se, a partir destes estudos, conceituar e estabelecer a retórica como o fundamental utensílio de comunicação persuasiva, tanto mais que, tendo aparecido na antiguidade como arte de persuasão, é ainda dessa maneira que permanece encarada por Perelman e pela grande maioria dos estudiosos modernos.

A retórica parece, pois, estar para o ato (de comunicar) de tal modo como a persuasão está para o efeito (da comunicação).(PERELMAN, 1996,p 54)

O autor se vale, aqui, dos meios de prova intrínsecos,(expressão usada por Reboul), (1998, p. 48). Em que os argumentos são idealizados pelo emissor, e, em sendo emanados pelo próprio orador, este empresta sua credibilidade à causa (ethos), tentando convencer a partir do problema apresentado; assim, concebe solução para um problema que afetará milhões de cidadãos, num futuro próximo; concretiza as soluções em princípios, ponderados e aventados por ele. Como exemplo, observem-se alguns trechos do corpus:

No serviço público o paradoxo é total. Como se pode admitir que um servidor qualificado se aposente com menos de cinquenta anos, exatamente quando a sociedade mais dele precisa?

A reforma deve prevê-lo, garantindo-se o tempo de serviço atual. Se falta pouco para a aposentadoria, um cálculo matemático demonstrará ao trabalhador, público ou privado, quanto deverá recolher a mais, para aposentar-se com integralidade.

Quem participa do fundo comum deve contribuir para mantê-lo. Entre eles, deve incluir-se o aposentado? O legislador deverá responder a esta difícil pergunta. Quem já se aposentou, contribuindo de acordo com lei, ao longo da vida para tal fim, cumpriu com sua obrigação com o sistema. Poderá agora ser onerado de novo?

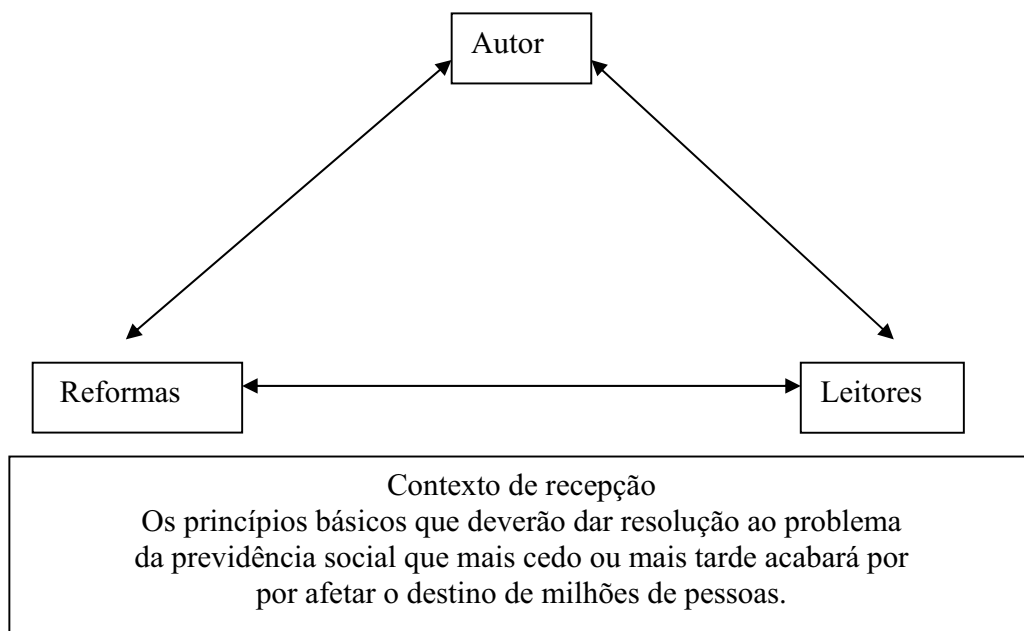
Finalmente, deve haver a efetividade do recolhimento. A sonegação deve ser combatida com todas as armas. O próprio Instituto Nacional do Seguro social (INSS) seria o responsável pela cobrança, através de procedimento rápido, eficiente e democrático, com direito de defesa, que não é sinônimo de protelação.

Estes chamados meios artísticos de prova estão inseridos na parte da retórica chamada narração (diegésis) e é aqui que o logos supera o ethos e o pathos, uma vez que o logos é racional, é lógico. Se o ethos diz respeito ao orador e o pathos ao auditório, o logos se refere à argumentação em si mesma. É a configuração dialética da retórica. Os meios artísticos de provas estão instalados nos tipos intrínsecos de prova, criadas pelo autor, condicionam-se a seu método bem como a perspicácia e habilidade para impor sua tese.

No entanto, segundo Reboul,

Não há argumentação possível sem algum acordo prévio entre o orador e seu auditório. Este princípio baseia-se primeiramente em fatos e fatos, por si só já são argumentos. (1998, p.164).

Observe-se o esquema da comunicação argumentativa proposto por Philippe Breton, explicitado aqui no subtítulo 1.4, aplicado ao corpus em questão. (BRETON, 1983, p. 32).



3.3.1- A TIPIFICAÇÃO DO ARGUMENTO DO CORPUS

Este contexto de recepção é fundamentado em um tipo de argumento que fundamenta toda a sua eficácia persuasiva em princípios lógicos. Estes tipos de argumentos, baseados na experiência do autor, não se esteiam na estrutura do real, antes, inventam-na; ou, pelo menos a aperfeiçoam, fazendo com que das coisas apareçam nexos antes não percebidos.

Argumentos baseados na realidade são aqueles em que a pedra angular encontra-se no acordo existente entre os elementos da realidade. Os argumentos fundados na estrutura do real por *sucessão* são aqueles que ora se apresentam neste corpus, apontando para a correlação de causa e efeito quanto aos problemas da previdência, bem como oferecendo condição para possível resolução.

Os argumentos fundados na estrutura do real por *sucessão* são aqueles que dizem respeito às relações envolvendo realidades de ordens diferentes, em que uma seja a essência e a outra a manifestação exterior dessa essência. Assim, quando o autor relata que: *A reforma da previdência é a maior que temos pela frente. Mexe com os interesses de toda a população. O destino de 80 milhões de pessoas está em jogo*, nota-se que o problema levantado é a incompetência do Estado para gerir o dinheiro público.

Perceba-se que o autor se vale enormemente dos conceitos lógicos e próprios para enunciar as possíveis resoluções para o problema principal por ele mencionado. Cada item que explora o problema geral da previdência é contrabalançado por uma possível resolução baseada puramente no uso da lógica pessoal do autor. Note-se que os argumentos fundados na estrutura do real são os que, em sua estrutura lógica, lembram os argumentos da lógica protocolar, mas que não possuem a mesma rigidez, ou seja, não têm cunho irrefutável, já que é impossível erradicar da linguagem a sua imprecisão característica, bem como extrair

do argumento sua probabilidade múltipla de interpretações, como se pode observar em trecho do corpus: *O problema, entretanto, apesar da dificuldade, permite uma visão científica que pode levá-lo a bons resultados.*

Além dos detalhes, que o legislador terá que enfrentar há princípios fundamentais, que precisa seguir. Sem eles, nada será feito.

Assim, a todo argumento lógico, de legitimidade reconhecida e incontroversa, corresponderá um argumento quase-lógico de arcabouço análogo, cujo poder persuasivo será exatamente a sua proximidade com aquele.

3.3.2 RECIPROCIDADE

O argumento da reciprocidade, subdivisão dos argumentos quase lógicos, funda-se na afirmação de uma relação de proporção entre duas situações.

Nenhuma classe social deve ser excluída da regra comum: juízes, médicos, pedreiros ou militares. Todos são trabalhadores e têm que suportar as restrições e gozar dos benefícios gerais. Motivos da exclusão existem para que todos se considerem “especiais”. Por isso mesmo, deve-se praticar a inclusão geral, evitando qualquer tipo de exceção, que pode matar a reforma.

Percebe-se aqui que a lógica de uma realidade deve ser pária da lógica de realidade equivalente. Tanto é assim que para rejeitar o argumento da reciprocidade é preciso que se prove que duas situações controversas não são simétricas.

3.3.3-O GÊNERO DELIBERATIVO

Neste tipo de gênero argumentativo, o objetivo que se tem como finalidade é o útil (ARISTOTELES,1964, p.43). No entanto, percebe-se, este gênero delibera mais profundamente sobre os fins do que sobre os meios, embora no caso do corpus em estudo os meios sejam mencionados. Enfim, o útil é o bem.

O fim proposto àquele que aconselha é o útil. Além disto, os meios consistem nas coisas úteis na ordem da ação. Sendo assim, deve-se e do útil em geral tomar os elementos do bem. O bem é aquilo que se deve buscar em si e por si, é também aquilo em vista do que se busca, é aquilo a que visam todos os seres, pelo menos os seres dotados de razão, ou aquilo que se visaria se fossem dotados de razão. (ARISTOTELES,1964, p.43)

Dessa maneira, o gênero deliberativo classifica-se como a argumentação pela busca do bem, do justo, do útil. A argumentação do corpus, elaborada na estrutura do real, muito apropriada, busca, através dos dados, um enorme problema que, futuramente se tornará muito maior. Traz, no entanto, também pelo mesmo processo argumentativo, uma possível solução futura que, nitidamente, se caracteriza, nos conceitos aristotélicos, como sendo deliberativo, já que a todo momento são elaboradas opiniões a respeito de assunto de grande relevância, visando uma resolução futura.

Composto de um parágrafo introdutório falando do tema de forma geral, o texto usa para o desenvolvimento da idéia central mais seis parágrafos, e termina instando o absurdo da previdência estar em déficit e, ao mesmo tempo ser credor de 150 bilhões.

O gênero deliberativo ou suasório visa persuadir a que se adote o conceito que o orador/locutor considera mais adequado, mais equitativo, mais útil. Como se pode observar no trecho do corpus que se exhibirá, vê-se exatamente esta característica, ou seja, o autor tem como objeto a persuasão e a adesão de quem o lê, no que diz respeito a assuntos de possível relevância para a população:

O destino de 80 milhões de pessoas está em jogo. O problema, entretanto, apesar da dificuldade, permite uma visão científica que pode levá-lo a bons resultados. Além dos detalhes, que o legislador terá que enfrentar há princípios fundamentais, que precisa seguir. Sem eles, nada será feito.(Antonio Álvares)

Uma das armas deste artigo é a utilização de números, ou seja, o uso de dados estatísticos para abalizar a argumentação com números que servem para comover e, ao mesmo tempo, convencer sobre a questão em debate. Os números servem, ainda, para se chegar à adesão do auditório às teses apresentadas. A tese da adesão inicial aparece já no primeiro parágrafo, em que o autor apresenta o tema e dispõe os valores a serem discutidos nos parágrafos seguintes: “Hora de cobrar R\$ 150 bilhões”, nota-se que os números impressionam, bem como “O destino de 80 milhões de pessoas está em jogo”.

Observe-se que o corpus pode ser considerado um excelente exemplo para algumas das mais elaboradas teorias acerca da argumentação. Algumas das proposições milenarmente conceituadas através dos estudos pioneiros de Aristóteles e repassadas por discípulos, passando por Perelman e Reboul estão aqui representadas.

Saliente-se que, no que tange ao estilo jornalístico, o *corpus*, igualmente, é um exemplo de artigo sucinto, claro, conciso e, atual. A qualidade maior que se faz notar neste gênero jornalístico é a subjetividade e a liberdade argumentativa. Segundo os conceitos mencionados no capítulo 2.2.1, os dois elementos característicos de um artigo jornalístico de qualidade:

- 1) Atualidade - O articulista elaborou, de forma eficaz, sucinta e clara, um texto de cunho absolutamente “presente” cuja opinião, também atualíssima, útil e justa abordou um fato que é inequivocamente de ajuda ao público, caracterizando a postura que jornal deve ter.

2) Opinião – A opinião do articulista, pertinente, bem colocada e de fácil percepção conduz o leitor a melhor conhecimento e aprofundamento de um problema, que, aparentemente, é grave e que afetará a vida de boa parte da população, bem como faz com que o leitor passe a considerar as idéias que o autor. Mais do que isso faz com que o leitor, em sua grande parte adira à argumentação do professor Antonio Álvares da Silva, titular da Faculdade de Direito da UFMG. Assim cumprindo-se a tarefa maior da argumentação; Persuadir.

3.3.4-O BEM SUPREMO ARISTOTÉLICO E O *CORPUS*

Note-se que uma das preocupações do autor do artigo é com o Estado e sua máxima responsabilidade que é cuidar do cidadão, como já foi mencionado. Este é um tema bastante atual, uma vez que alerta não só para o fato de que milhões terão muitos problemas futuros se a previdência não for melhor gerida, mas também para o fato de o Estado não tratar com equidade seus muitos cidadãos. Adverte Aristóteles :

O Estado, do mesmo modo que os particulares, deve cuidar que todos, tanto homens quanto mulheres. Moços e idosos. É feliz a velhice, quando chega tarde, sem inspirar tristeza aos outros. Pelo contrário, é desditosa a velhice, quando se envelhece rapidamente e sem cuidados ou amizade de outrem. Vê-se agora o que se entende pela riqueza de amigos e pela amizade das pessoas de bem, se primeiro definir-se amigo: O Homem que faz em prol de outra pessoa aquilo que julga ser bom para ela (ARISTÓTELES,1964,p.18)

Quando se lê esta passagem de “Arte Retórica” tem-se a sensação de que o artigo de Álvares da Silva “conversa” diretamente com partes do livro de Aristóteles, mesmo com a diferença cronológica de mais de dois mil e trezentos anos. Note-se:

A reforma da previdência é a maior que temos pela frente. Mexe com os interesses de toda a população. O destino de 80 milhões de pessoas está em jogo. O problema, entretanto, apesar da dificuldade, permite uma visão científica que pode levá-lo a bons resultados. Além dos detalhes, que o legislador terá que enfrentar há princípios fundamentais, que precisa seguir. O primeiro é a generalidade. Todos são trabalhadores e têm que suportar as restrições e gozar dos benefícios gerais. Motivos da exclusão existem para que todos se considerem “especiais”. Por isso mesmo, deve-se praticar a inclusão geral, evitando qualquer tipo de exceção, que pode matar a reforma (SILVA, 2003, p.9).

A percepção de Aristóteles para com os deveres dos Estados e dos cidadãos ainda hoje, tanto tempo depois, é perfeitamente atual, conexas, tanto quanto seu conceito retórico, do qual se utilizou uma pequena parte aqui.

Também em Perelman vê-se que a regra de justiça reconhece o valor argumentativo daquilo a que se chamou justiça formal, segundo a qual “os seres de uma mesma categoria essencial devem ser tratados do mesmo modo. A regra de justiça fornecerá o fundamento que permite esta equidade sem distinções”.(PERELMAN, 1996, p248).

Nenhuma classe social deve ser excluída da regra comum: juízes, médicos, pedreiros ou militares. Todos são trabalhadores e têm que suportar as restrições e gozar dos benefícios gerais. (SILVA, 2003, p.9).

Assim, nota-se a *regra de justiça* que Perelman desenvolve em seu “Tratado de Argumentação” dialoga inequivocamente com o corpus. Tanto assim que o autor do artigo que ora se analisa adverte para o sentido de justiça e equidade que a previdência deveria ter; ao passo que Perelman afirma que a regra de justiça requer a aplicação de um tratamento idêntico a seres ou situações que são integrados numa mesma categoria:

Para que a regra de justiça constitua o fundamento de uma demonstração rigorosa, os objetos aos quais ela se aplica deveriam ser idênticos, ou seja completamente intercambiáveis. (PERELMAN, 1996, p248).

Vê-se, assim, como o artigo, embora elaborado recentemente, traz em seu bojo toda uma carga que se fundamenta em milenares estudos que remontam a Aristóteles e veio, através dos tempos até os estudos de Chaim Perelman. Não obstante o tempo que separa estes estudiosos, todo o arcabouço da persuasão através da retórica está dimensionada por eles e, durante milênios, pessoas ainda beberão desta fonte quando quiserem melhor fazer uso da palavra, pois que apenas se comunicar, como já foi dito, já é uma tentativa de persuasão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se chegar ao final deste trabalho, em que se buscou expor, ainda que em contornos sintetizados, algumas das mais importantes características da retórica como arte da persuasão em sua variante clássica grega, bem como na sua mais completa versão moderna, que é a teoria da argumentação de Chaim Perelman, pode-se perceber o grau de importância sociológico e filosófico da arte de persuadir através de argumentos.

Ao longo desta breve dissertação, teve-se como principal finalidade a demonstração de como a retórica nasceu e floresceu na Grécia antiga, bem como o estudo e aproveitamento das principais teses filosóficas a ela relacionadas; ao mesmo tempo, tentou-se fazer uma breve explanação sobre o desenvolvimento, o estabelecimento e a perda de prestígio da retórica, chegando até sua reabilitação no século XX, consubstanciada na teoria da argumentação.

Teoria esta que faz com que se perceba que o interesse filosófico da retórica enquanto arte de persuadir não pode e não deve se reduzir à simples instância acadêmica. Se os sofistas em seus discursos persuadiam eficazmente centenas de pessoas, os atuais meios de comunicação de hoje tornam possível a persuasão de milhares e milhares de pessoas de uma única vez, isso pode ser excelente, ou extremamente venal para o povo.

Assim, mesmo que a maioria dos leitores jamais queira ser político, ou articulista, podendo passar a vida toda sem necessitar elaborar um único discurso sequer para uma platéia, é fato também que todos os seres humanos em determinada fase de suas vidas sentem a inevitabilidade de ter que convencer alguém - ainda que seja uma única pessoa - de alguma coisa; além do que, hoje é praticamente impossível viver em sociedade sem que a quase todo o momento alguém tente persuadir outrem de alguma coisa - seja em

campanhas políticas, seja através de anúncios no rádio e na televisão, seja em uma suposta despreziosa conversa.

Se, como se pode concluir ao final deste estudo, o poder argumentativo é intrínseco a todo o discurso, a todo o ato de linguagem, o que significa que todo o discurso, toda a linguagem tem a sua forma de retórica característica, a sua argumentatividade essencial. Esperar, como no caso das alocuções filosóficas e científicas, dissimular esse caráter retórico-persuasivo foi um erro que perdurou desde os positivistas até os recentes estudos de Perelman.

A aceção retórico-argumentativa da linguagem tem implicação cultural e filosófica de absoluta importância. A mais significativa talvez seja a concepção de que todos os discursos, todos os atos de linguagem têm o direito de confrontação, de debate, de diálogo admitindo, mas nunca invalidando seu cerne centrado na disputa pela argumentação.

Portanto, a comunicação persuasiva afirma-se pela pujança com que exerce os seus objetivos e finalidades. Sem esta determinada eficácia, a comunicação não será mais do que um estratagema comunicacional sem conteúdo. Assim sendo, a persuasão, estando no centro da argumentação, da arte de raciocinar, tem o seu campo de ação alargado a toda forma de persuasão, bem como ao processo de argumentação e, como se viu neste trabalho, Perelman elaborou, através de seus estudos, uma retórica rica em evidências racionais, racionalidade esta que o pensamento cartesiano acusava a retórica de não possuir.

Ao se chegar ao segundo capítulo, tentou-se estabelecer a correlação existente entre os estudos retóricos e a persuasão presente no jornalismo opinativo. Estudou-se as diversas formas de jornalismo de opinião e deu-se especial ênfase ao artigo, uma vez ser este o gênero do corpus que serviu de base para esta dissertação. Com o jornalismo, notou-se um novo cenário retórico em que o autor, ao invés de se limitar a simplesmente tentar obter a

adesão do leitor, toma antes a ciência do caráter do seu discurso e incita o elocutário a participar das soluções.

Por conta disso, viu-se como, mais do que uma técnica discursiva notadamente elaborada para levar o outro a um ardil, a arte retórica compõe, isso sim, a possibilidade de debate e asseveração de cada indivíduo, o que, por si só, afiança aos debatedores a possibilidade e o direito inalienável da discordância.

Para isso, no entanto, é importantíssimo que a autoridade argumentativa não seja uma prerrogativa exclusiva do orador e se desdobre a todos a quem se dirige, posto que somente assim se poderá legitimamente falar de retórica, no sentido perelmaniano. Sem este pré-requisito, é o próprio sentido da discutibilidade que perde todo o significado. Sem a discutibilidade não há sequer argumentação, nem tão pouco poderia ser eficaz e precisa.

Tanto é assim que é somente através do exercício da autonomia e da liberdade que o cidadão se faz responsável por suas idéias, por suas palavras e por seus atos, até porque a retórica, pode-se dizer, não antagoniza as pessoas, antes, as envolve em toda a sua distinção e fragilidade. Esta liberdade, este livre-arbítrio é, portanto, o mote fundamental do uso racional da retórica, isto porque, como já foi assinalado, a retórica pode ser, em verdade, bem ou mal empregada.

De tal modo que, para se evitar o potencial pernicioso da retórica e impedir ela cause agravos, convém fazer com que cada vez mais pessoas tenham ciência da arte da argumentação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBALADEJO, Tomas. *Retórica*. Madrid: Sintesis, 1987.
- ARISTOTELES. *Arte retórica e Arte poética*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- BRETON, Philippe. *A argumentação na comunicação*. São Paulo: Edusc, 1996.
- CHAPARRO, Manuel Carlos. *Pragmática do jornalismo*. São Paulo: Sumus, 1994.
- CHARAUDEAU, Patrick. *El discurso de la informacion*. Barcelona: Gedisa, 1997.
- FARIA, Antonio Augusto. *Getúlio Vargas e sua Época*. Rio de Janeiro: Global Editora, 1986.
- FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 2004.
- FRANCO, Carlos Alberto di. *Jornalismo ética e qualidade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
- GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia da Letras, 2002.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo; Cortez, 2005.
- _____. *Os termos-chave da análise do discurso*. Lisboa: Gradiva, 1997.
- MELO, José Marques de. *Jornalismo opinativo*. São Paulo: Mantiqueira, 2003.
- MENDES JR. Antonio. *O movimento estudantil no Brasil*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1986.
- MOLICA, Fernando (org). *10 reportagens que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

- MOSCA, Lucineide do Lago Salvador (org). *Retóricas de ontem e de hoje*. São Paulo: Humanitas, 1997.
- OLÉRON, Pierre. *A argumentação*. São Paulo: Europa América, 1983.
- PAZ, Guillermina Baena. *El discurso periodístico*. México: Trillas, 1999.
- PERELMAN, Chain. *Tratado da Argumentação*. São Paulo, Martins Fontes, 1996
- REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- RICOUER, P., *O Justo ou a essência da Justiça*, Lisboa: Instituto Piaget, 1997
- ROSSI, Clóvis. *O que é jornalismo*. São Paulo: brasiliense, 1980.
- TOLEDO, Caio Navarro. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo. Ed. brasiliense. 1986.

Anexo: *Corpus*

HORA DE COBRAR R\$ 150 BILHÕES

A reforma da previdência é a maior que temos pela frente. Mexe com os interesses de toda a população. O destino de 80 milhões de pessoas está em jogo. O problema, entretanto, apesar da dificuldade, permite uma visão científica que pode levá-lo a bons resultados.

Além dos detalhes, que o legislador terá que enfrentar há princípios fundamentais, que precisa seguir. Sem eles, nada será feito. São quatro. O primeiro é a generalidade. Nenhuma classe social deve ser excluída da regra comum: juízes, médicos, pedreiros ou militares. Todos são trabalhadores e têm que suportar as restrições e gozar dos benefícios gerais. Motivos da exclusão existem para que todos se considerem “especiais”. Por isso mesmo, deve-se praticar a inclusão geral, evitando qualquer tipo de exceção, que pode matar a reforma.

O segundo princípio é idade mínima para a aposentadoria. Não se pode admitir que nenhum trabalhador se aposente jovem, exatamente quando melhor pode contribuir para o país, com a experiência e conhecimento acumulados. No serviço público o paradoxo é total. Como se pode admitir que um servidor qualificado se aposente com menos de cinquenta anos, exatamente quando a sociedade mais dele precisa?

O terceiro princípio é o da paridade. Em nenhum lugar do mundo, o aposentado ganha o mesmo salário da ativa. Para obter a equiparação e não rebaixar a qualidade de vida tem que fazer seguro. A reforma deve prevê-lo, garantindo-se o tempo de serviço atual. Se falta pouco para a aposentadoria, um cálculo matemático demonstrará ao trabalhador, público ou privado, quanto deverá recolher a mais , para aposentar-se com integralidade.

Se é verdade que algumas categorias podem aposentar-se integralmente pelo que recolhem, então que assim seja. Mas precisamos de verdade e cabe ao governo dizê-la em números concretos e reais, levando-se em considerações todas as variantes: recolhimento efetivo no cargo, tempo de serviço, pensão posterior à morte para descendentes e tudo mais que exige financiamento público.

O quarto princípio é o da universalidade do recolhimento. Quem participa do fundo comum deve contribuir para mantê-lo. Entre eles, deve incluir-se o aposentado? O legislador deverá responder a esta difícil pergunta. Quem já se aposentou, contribuindo de acordo com a lei, ao longo da vida para tal fim, cumpriu com sua obrigação com o sistema. Poderá agora ser onerado de novo?

Finalmente, deve haver a efetividade do recolhimento. A sonegação deve ser combatida com todas as armas. O próprio Instituto Nacional do Seguro social (INSS) seria o responsável pela cobrança, através de procedimento rápido, eficiente e democrático, com direito de defesa, que não é sinônimo de protelação. Depois, apenas um recurso ao judiciário, precedido do depósito da condenação. Mantida esta, uma multa equivalente a um terço ou metade da condenação incidiria automaticamente. O Instituto social do seguro social é credor de R 150 bilhões junto aos sonegadores. Com esta quantia, cobre-se duas vezes o déficit da previdência social, previsto para 2003. Até hoje ninguém falou em acionar a máquina legal do estado para processar os sonegadores e deles receber o que é devido à previdência. (Antonio Álvares da Silva, professor titular da Faculdade de Direito da UFMG, texto extraído e adaptado do jornal Estado de Minas, 17 de Julho de 2003, p. 9)

